

AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS

2012



Assembleia Geral Ordinária Convocatória

Nos termos dos artigos 27.º e 33.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Automóvel Club de Portugal para reunir na sua sede, na Rua Rosa Araújo, 24, em Lisboa, pelas 9:00 horas do dia 22 de Abril de 2013, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Nos termos do n.º 4 do artigo 37.º dos Estatutos, ratificar a deliberação da Direcção de cooptar o sócio n.º 18974, Eng. Domingos Caetano Ramos Piedade, para Vogal da Direcção do Club;
2. Apreciar e votar o relatório de gestão, as contas do exercício e o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2012 nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º dos Estatutos. Apreciar e votar ainda o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas consolidadas do Automóvel Club de Portugal e o relatório e parecer da Comissão Revisora de Contas referentes ao ano de 2012.

Nos termos do n.º 3 do artigo 33.º dos Estatutos, caso, na data e hora previstas nesta Convocatória, não esteja presente metade dos Associados, fica desde já convocada a Assembleia Geral para reunir às 9:30 horas, em segunda convocação, podendo deliberar com qualquer número de Associados.

Nos termos do n.º 4 do artigo 33.º dos Estatutos, os documentos referidos no Ponto 2 da Ordem de Trabalhos podem ser consultados pelos Associados no site do Automóvel Club de Portugal (www.acp.pt), na sede do Automóvel Club de Portugal ou nas suas delegações e secções regionais, dez dias antes da Assembleia Geral.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2013.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Miguel de Gouveia Rebocho Esperança Pina)



Num ano de fortíssima retração económica, o ACP manteve-se como o maior clube de Portugal. Saber quem são os nossos sócios e o que mais valorizam é o segredo para uma gestão eficiente e criativa.

A consciência do dever cumprido e de sempre agir em defesa dos interesses dos nossos associados, levou-nos a fechar 2012 com resultados que muito nos orgulham. Como em todas as empresas, houve que fazer escolhas e tomar decisões. Racionalizar meios e recursos numas áreas, investir noutras e inovar noutras tantas.

Vencemos dois grandes processos judiciais à Repsol e à Galp. O primeiro, alvo de todos os recursos e até dado como exemplo de celeridade da justiça, obrigou-nos a fazer uma provisão nas contas de 2011. Com a vitória do ACP em toda a linha, fechou-se um capítulo.

Ao fim de dois anos, os tribunais deram razão ao ACP, indeferindo a ação judicial da Galp contra o clube, por denunciarmos

a falta de concorrência no setor dos combustíveis, comprovada pelo facto do combustível vendido na Galp Base low cost ser idêntico ao vendido nas outras bombas da Galp.

No desporto motorizado, o ACP é o garante da visibilidade nacional no mundo. O WRC Vodafone Rally de Portugal voltou a ser o evento desportivo internacional de maior retorno económico para o País – quase 98 milhões de euros.

Na segurança rodoviária, crescemos e tornámo-nos cada vez mais uma referência. Lançámos um projeto pioneiro nas escolas, programas de televisão, juntámos pela primeira vez todas as instituições do setor no lançamento de uma campanha mundial das Nações Unidas, começámos um programa de formação às corporações de bombeiros voluntários de todo o País. O Automóvel Club de Portugal é uma referência de rigor, credibilidade e competência na defesa dos automobilistas, dos consumidores e da população em geral.

Os mais de 250 mil sócios são a nossa melhor recompensa.

A DIREÇÃO

O Clube

Sócios: o maior valor

O ACP mantém-se como o maior clube português. Registou um crescimento de 19% em novas angariações de sócios pagantes face ao ano anterior, o que representa o segundo melhor ano desde a sua fundação. Também se verificou a maior taxa de readmissão de sócios de sempre com a reinscrição de 7.133 sócios.

Consigo em todo o País

24 delegações, com representação em todo o País. A faturação das delegações cifrou-se em 5.7 milhões de euros (+19% quando comparado com o ano anterior). Angariação de 33.536 sócios e vendas de 6.541 novas apólices no valor de 1.513.000€.

Call Center

Chamadas atendidas: **221.622**
Nível de atendimento em percentagem: **95%** chamadas atendidas
e-mails tratados: **26.783**

Gestão de Reclamações

Decréscimo de 23%, com um total de 869 reclamações (e-mail 477; cartas 168; presencial 125; telefone 87; fax 12)

Saber quem somos - CRM - Customer relationship management

Conclusão do projeto "Um ACP":

Visão 360º sobre o associado

Centralização de reclamações e sugestões no call center
Estruturação e sistematização de oferta e processo de venda
Extensão ao ACP Seguros
Sistematização de "scripts" de atendimento
Centralização, análise e controlo de campanhas

Em movimento pelos sócios

Comunicar com os sócios e o público em geral, através dos nossos canais e da publicidade.

Revista Principal meio de comunicação com os sócios, editou 8 números com uma circulação média de 180.000 exemplares e atingiu cerca de 266.000 leitores (audiência média de 3,2, segundo o Bareme da Marktest).

Site Responsável pela angariação de 3.730 sócios (mais 38% em relação a 2011), mais de 700.000 visitantes únicos (+40%) com 5,5 milhões de páginas visualizadas.

ACP Mobile Foi lançada a aplicação para iPhone e Android que permite aos sócios terem acesso a todo o universo ACP.

Newsletter Média de envio semanal de 200.000 e-mails para os sócios, com notícias do clube.

Redes sociais Presença fortemente centrada no Facebook, registou um crescimento de 63% de seguidores face ao ano anterior.

Publicidade Desenvolvidas várias ações para dar a conhecer os serviços do clube. Aposta na televisão para campanha de desconto no combustível e continuação das campanhas na rádio.

ACP na Comunicação Social Produzido um total de 3.100 notícias sobre o clube, sendo 1.069 na Imprensa, 611 na televisão, 112 na rádio e 1.308 nos meios online.



Ao serviço dos sócios

A missão do clube é defender os interesses dos seus sócios, procurando sempre as melhores soluções.

Serviço de Documentação Mais de 1,7 milhões de euros de faturação com os seguintes indicadores de performance: 26.380 Cartas de Condução e registos na Conservatória, 13.272 Licenças Internacionais de Condução, 9.100 Consultas médicas, 208 Documentação Aduaneira e Internacional (IMP e CPD), 179 documentos marítimos.

Departamento Jurídico presta um serviço diário gratuito de consulta aos sócios sobre questões relacionadas com o automóvel e moto. Efetuadas cerca de 4 mil consultas em 2012. No ano em revista, o Supremo Tribunal de Justiça deu razão ao ACP (tal como o Tribunal da Relação já havia dado) no processo judicial que lhe foi movido pela Repsol, coroando a batalha do clube no sentido de a gasolinera dar aos sócios

do ACP um desconto em combustível superior ao do público em geral.

Ao fim de dois anos, os tribunais deram razão ao ACP, indeferindo a ação judicial da Galp contra o ACP, pela sua campanha denunciando a falta de concorrência no setor dos combustíveis, comprovada pelo facto do combustível vendido na Galp Base low cost ser idêntico ao vendido nas outras bombas da Galp.

Ainda no ano transato, o clube apresentou uma participação criminal contra os responsáveis governamentais que tiveram poder decisório na celebração e renegociação dos contratos de concessão das Scuts, as quais causaram prejuízos de milhões de euros ao Estado e aos automobilistas em particular. Atualmente existe uma investigação criminal em curso e um inquérito parlamentar na Assembleia da República.

Foram também apresentados pareceres e propostas de alteração do esquema de circulação do Marquês de Pombal e da Avenida da Liberdade à Câmara de Lisboa. No final do ano, a autarquia admitiu o erro e recuou, dando razão ao ACP.



Escolas de Condução Formados 628 novos condutores, através de 16.854 aulas teóricas e 25.190 práticas.

Centro de Exames Efetuados 22 mil exames teóricos (6.901 em Lisboa e 15.099 no Porto) e 24.716 exames práticos (8.978 em Lisboa e 15.738 no Porto). Fator determinante para este crescimento continua a ser a possibilidade de reservar os exames para determinado dia e hora, num prazo máximo de 7 dias indo de encontro às necessidades das escolas de condução. Lançados novos serviços, passando os centros de exames a oferecer a possibilidade de tratar de toda a documentação automóvel.

Um mundo de vantagens

Ser o maior clube português acarreta também a tarefa de oferecer aos sócios o que há de melhor do mercado com as melhores condições.

Parceiros ACP O clube continua a ter a maior rede de parceiros a nível nacional: 6.400, representando um crescimento de 10% face ao ano anterior.

Combustível Os sócios beneficiam do maior desconto em combustível do País (nos postos da BP). Esta vantagem teve um crescimento de 16% em 2012, traduzido num consumo de 80.877,55 litros de combustível.

Saúde - Múltiplas ofertas, inúmeras vantagens:

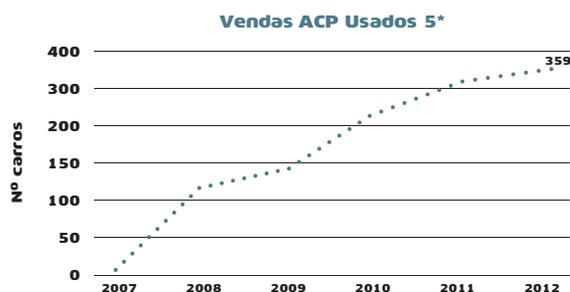
Médico em casa Registou um crescimento de 20% face ao período homólogo. O preço de consulta manteve-se nos 10€, e os serviços de aconselhamento prestados nos mesmos moldes.

ACP Saúde Prime Apresentou um crescimento de 98% face ao período homólogo, tendo atingido os 11 mil cartões.

ACP Saúde Oral Registou um crescimento de cerca de 400%.

ACP Autos Reforçou a sua relevância no mercado automóvel com o seu configurador, único em Portugal que ajuda os sócios a racionalizar a sua compra, permitindo comparar marcas e modelos distintos, obtendo com um simples click todo o resumo das vantagens e desvantagens de um modelo face a outro, de forma coerente e objetiva.

O ACP Usados 5* apresentou um crescimento de 10% no volume de vendas, num ano em que o mercado nacional caiu cerca de 50%. O serviço de certificação dos automóveis dos sócios através de uma inspeção estática e dinâmica registou uma subida de 40%.



ACP Autocrédito Representa 79% da totalidade dos créditos.

Loja ACP Atividade que continua a manter um bom nível de vendas (343.076,56€), apesar do decréscimo de vendas.

ACP Master Mantendo os objetivos traçados em 2012 de fidelizar e captar novos sócios para o clube, o cartão de crédito ACP Master, atingiu no final do ano, os 8 mil cartões.

ACP Serviços em Casa Efetuados 4.995 pedidos de assistências técnicas no lar.

Garrafeira ACP Celebrada uma parceria com a Sogrape, com o objetivo de dinamizar um espaço para apreciadores de vinhos de qualidade a preços reduzidos.

Eventos ACP Mais um ano repleto de eventos em todas as áreas do clube: ACP Motorsport (provas desportivas),



ACP Golfe (torneios gerais e seniores, sessões de esclarecimento de regras); ACP Clássicos (passeios e provas desportivas, presença em feiras da modalidade), ACP Jovem (festivais de verão), ACP Júnior (presença em feiras para o target em questão), ACP Mulher (workshops), ACP 4x4 (passeios), ACP Moto (passeios), ACP Campismo e Caravanismo (passeios), ACP Bridge (aulas), ACP Autos (feiras) e ainda rastreios médicos em Lisboa e Porto.

Ainda mais próximo dos sócios

Um clube desta dimensão agrega sócios com diferentes interesses. A resposta passa pelas afinidades:

ACP Júnior Mais 8.444 sócios em 2012, num total de 45.312. O foco centrou-se na educação e segurança rodoviárias, a par de ofertas e condições únicas para crianças. Lançamento do ACP Kids, projeto de educação rodoviária para crianças entre os 4 e os 7 anos de idade,

em fase de projeto piloto nas escolas de Lisboa e do Porto.

ACP Jovem Realizada mais uma edição do ACP Student Drive Camp, um campo de férias sobre segurança rodoviária, para o qual são selecionados alunos do ensino secundário através dos seus blogues. Bilhetes para os festivais SuperBock/SuperRock e Sudoeste com um desconto de 10% face ao preço de venda ao público, com oferta de parque de estacionamento exclusivo junto às portas do evento. No caso do Sudoeste ofereceu aos seus sócios um parque de campismo exclusivo. Neste primeiro ano aderiram 10% dos sócios jovens do clube.

ACP Mulher Encerrou o ano com 57.463 sócias, cerca de 30% do total de associados. A oferta centrou-se em workshops.

ACP Golfe 126 novos membros, tendo o clube finalizado o ano com 841 membros efetivos. Organizados 27 torneios,



em que se destaca a 3ª Edição do Troféu Nacional ACP, e a participação com uma equipa ACP no Inter-clubes sem campo. Atividade mais mediatizada em 2012, graças às parcerias com órgãos de comunicação social.

ACP Campismo, Caravanismo

e Autocaravanismo O clube passou a ter um delegado na Assembleia Geral da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, como resultado da sua importância e crescimento nestas três atividades. Foram emitidas 219 cartas iniciais, 846 revalidações e 390 cartas de campismo internacionais.

ACP Moto Presença em duas feiras da modalidade em setembro e em outubro.

ACP 4x4 Realizado um passeio em setembro com 150 participantes em 43 carros.

ACP Clássicos Terminou o ano com 4.017 membros ativos e 12 mil viaturas entre automóveis e motos nas categorias de clássicos e futuros clássicos propriedade dos membros, inscritas na base de dados. Presença nos salões da especialidade em Aveiro, Lisboa e Porto, emitidos 756 novos certificados de viaturas de interesse histórico, e organizados 10 passeios, além das 500 Milhas ACP e do Rali ACP Clássicos.

Segurança Rodoviária

Um dos pilares do ACP. Estamos na linha da frente na defesa dos automobilistas, da mobilidade e da segurança na estrada. Projetos lançados em 2012:

Programa Nacional de Educação

Rodoviária (PNER) Projeto piloto destinado a crianças entre os 4 e os 7 anos das escolas de Lisboa, abarcou cerca de 50 mil crianças e 3 mil professores.

Minuto Seguro ACP Programa diário de segurança rodoviária, emitido em todos os canais SIC.

Minuto Seguro Kids Programa diário na SIC e ao fim de semana na SIC, complementar ao Programa Nacional de Educação Rodoviária.

“Vicente em viagem” Primeiro livro de educação rodoviária do ACP, distribuído por toda a rede nacional de bibliotecas escolares no âmbito do PNER.

“Década de Ação para a Segurança

Rodoviária” Lançamento da campanha mundial, realizada no Cristo Rei e que iluminou o monumento durante dois meses, a par de campanhas gratuitas nas rádios e distribuição de folhetos. A cerimónia reuniu pela primeira vez todas as instituições relacionadas com a segurança rodoviária, bem como o primeiro-ministro e o Presidente da Federação Internacional do Automóvel.

Desporto automóvel

Outra trave mestra do ACP, garante da visibilidade do desporto motorizado nacional além fronteiras.

O ACP voltou a ser o responsável pela organização do maior evento desportivo internacional realizado no País: o WRC Vodafone Rally de Portugal. A edição de 2012 surpreendeu novamente o mundo do desporto automóvel, com a realização do WRC Fafe Rally Sprint. Mais de 100 mil espetadores para verem os principais pilotos e marcas num troço mítico do automobilismo nacional – Fafe Lameirinha. A prova foi responsável por um retorno económico para o país da ordem dos 98 milhões de euros.

Por último, realizaram-se 2 provas de regularidade: as 500 milhas ACP e o Rally de Portugal Histórico.

No Todo-o-Terreno, o clube voltou a organizar a Baja Portalegre 500, prova da Taça do Mundo FIA TT e Taça do Mundo de Bajas FIM em moto.

Somou-se também mais uma edição das 24 horas Vodafone



TT na Vila de Fronteira, com a inauguração de novas boxes para os participantes, melhorando substancialmente as condições desta popular prova.

O ACP na sociedade - Relações Institucionais

O clube integrou os seguintes organismos:

Presidência do Conselho Geral da Prevenção Rodoviária Portuguesa;

Membro da direção e sócio fundador do CIMPAS;

Vice-presidente do Conselho Geral da EMEL;

Presidência do Conselho Fiscal do Centro de Arbitragem do Sector Automóvel;

Presidência do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa do Veículo Elétrico;

Membro do Conselho Consultivo do Instituto das Estradas de Portugal;

Membro do Conselho Geral da Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Sintra;

Membro da Direção do Museu dos Transportes e Comunicações.

O Clube no mundo - Relações Internacionais

No âmbito das funções como vice-presidente da Mobilidade, o Presidente do ACP, Carlos Barbosa, participou em todas as reuniões do World Council for Automobile Mobility and Tourism, Management Council e Euroboard.

Como representante da FIA junto da Comissão Europeia, o presidente do ACP esteve também presente em todas as reuniões do World Council for Motorsport e acompanhou as reuniões FIA de todo o terreno e WRC.

Ao longo do ano, o clube manteve a sua presença nos seguintes Grupos de Trabalho do FIA European Bureau: Transport & Mobility WG, Legal & Consumer WG, Technical WG e Eurotest. Mário Martins da Silva permaneceu como Chairman no Advisory Board do ARC garantindo uma vez mais a presença do ACP no Business Standing Committee.



Gabriela Barreto, diretora jurídica do ACP, foi designada membro do Comité de Ética da FIA, cuja missão é preservar a integridade e reputação do desporto automóvel, mobilidade automóvel e turismo.

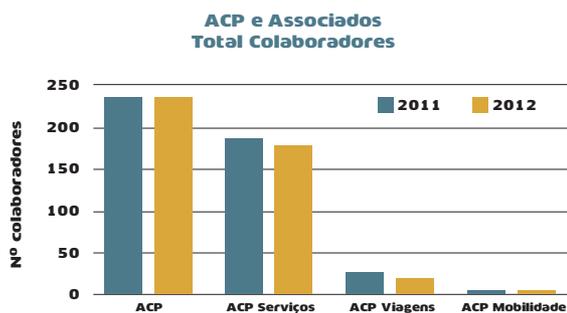
Finalmente, como membro fundador da FIA, o ACP foi o clube organizador da reunião dos membros fundadores que decorreu de 19 a 20 de Abril, em Lisboa, na qual estiveram presentes os 12 Presidentes representantes dos clubes fundadores da Fédération Internationale de l'Automobile.

O ACP concorreu aos fundos disponibilizados pela FIA para todos os clubes que pretendessem concorrer com campanhas de Segurança Rodoviária. O Programa "Minuto Seguro ACP" foi um dos eleitos, tendo sido as primeiras duas séries emitidas em todos os canais SIC.

A ONU, com o apoio da FIA e da OMS, lançou a Campanha Década de Ação para a Segurança Rodoviária. O ACP promoveu a campanha em Portugal com o lema: Juntos podemos salvar milhões de vidas. O objetivo da campanha mundial é o de reduzir para metade os 1,3 milhões de pessoas que todos os anos morrem nas estradas de todo o mundo. À semelhança de outros clubes, o ACP iluminou um monumento emblemático, a estátua do Cristo Rei. A cerimónia contou com a presença do Presidente da FIA e do secretário-geral da Região I da FIA.

RECURSOS HUMANOS - O NOSSO PRIMEIRO ATIVO

A excelência do serviço prestado aos sócios tem como rosto os funcionários do ACP. Em matéria de recursos humanos, o clube manteve a aposta na formação, competência técnica e na produtividade dos seus quadros.



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A performance positiva verificada em 2012, deveu-se, sobretudo ao desempenho da atividade operacional do ACP e das empresas participadas.

Em 2012, a empresa registou diversos movimentos de carácter extraordinário, mas cujo efeito global é praticamente nulo, embora positivo. Os principais movimentos de carácter extraordinário foram a reversão da provisão constituída no âmbito da decisão do tribunal de 1ª instância de condenação do ACP que viu, em 2012, o Tribunal de Relação e o Supremo Tribunal de Justiça dar razão ao recurso interposto pelo ACP,

o registo de imparidades de investimentos financeiros, quer no ACP, quer em empresas associadas e a reestruturação operada na ACP Viagens, Lda.

O volume de negócios desceu cerca de 3,8%, tendo sido compensado por um aumento nos subsídios à exploração, em particular nos subsídios concedidos ao Rally de Portugal de 2012.

O EBITDA (Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization) apresentado encontra-se em linha com as expectativas e constitui um valor de referência que permite ao ACP manter uma necessária política de investimentos na sua modernização e na melhoria dos serviços prestados aos seus associados.

	2012	2011
Volume de Negócios	23 425 889	24 346 403
Subsídios à Exploração	1 398 103	970 000
Ganhos/perdas empresas associadas	509 718	503 380
Variação de imparidades/provisões	497 822	(2 085 756)
EBITDA	1 476 725	(1 239 168)
Margem EBITDA	6,3%	-5,1%
EBIT	328 429	(2 404 419)
Resultado antes de Impostos	460 824	(2 305 564)
Resultado Líquido	436 869	(2 311 291)

Unidade: Euros

Nalgumas áreas são notórios, os efeitos da recessão vivida e do facto das expectativas dos agentes económicos apresentarem níveis historicamente baixos. A publicidade, os patrocínios e as compras de viagens são as áreas onde são mais evidentes os efeitos da quebra global da procura interna.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A redução no volume de negócios consolidado de cerca de 7,2% é essencialmente explicada pela quebra na faturação da empresa ACP Viagens, pelas razões explicadas acima e pela diminuição de assistências prestadas pela empresa ACP Serviços de Assistência, resultado da redução da circulação de automóveis em Portugal.

O facto da margem EBITDA ser superior nas contas consolidadas, face às contas individuais assenta na performance da empresa do grupo do setor segurador, ACP Mobilidade apresentar uma relação entre EBITDA e volume de negócios superior à restantes empresas do grupo.

	2012	2011
Volume de Negócios	29 538 271	31 816 403
Subsídios à Exploração	1 398 103	970 000
Ganhos/perdas empresas associadas	468 760	320 863
Variação de imparidades/provisões	271 870	(2 373 851)
EBITDA	1 942 921	(817 154)
Margem EBITDA	6,6%	-2,6%
EBIT	529 207	(2 247 468)
Resultado antes de Impostos	690 885	(2 118 700)
Resultado Líquido Consolidado	451 994	(2 356 666)

Unidade: Euros



ESTRUTURA E INVESTIMENTOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

A estrutura financeira do ACP voltou a melhorar em 2012, depois de ter caído em 2011. A autonomia financeira cresceu de 46% para 51%, vindo o ACP reforçada a sua estrutura financeira.

Os investimentos financeiros, representam, globalmente, um contributo positivo nas contas do grupo, na convicção porém de que os mesmos poderão ver este contributo melhorado, uma vez que os resultados da empresa Villas Boas ACP foram negativamente influenciados pelo reconhecimento de imparidades relativamente a empresas participadas e a empresa ACP Viagens procedeu e registou uma operação de reestruturação que trará necessariamente uma melhoria dos seus resultados, esperando-se que os mesmos possam atingir níveis positivos já em 2013.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Não estando o ACP sujeito ao Código das Sociedades Comerciais, vem contudo informar as principais políticas de gestão de risco, de acordo com o previsto no artigo 66º do mencionado código:

Risco de preço / mercado

As operações de negócios em moeda estrangeira, especialmente na compra e venda, expõem a entidade a riscos cambiais, como resultado de flutuações nas taxas de câmbio. No entanto, grande parte das transações é efetuada com entidades do Espaço Comunitário, sendo o risco de exposição cambial residual. No que respeita às variações nas taxas de juro, atendendo ao empréstimo de médio e longo prazo existente, cujos juros contratuais têm por base uma taxa variável, o ACP monitoriza regularmente a evolução do mercado, no sentido de poder



utilizar uma estratégia de cobertura do risco de taxa de juro. Uma vez que os contratos com fornecedores / clientes não preveem o vencimento de juros e que os contratos de locação financeira têm valores baixos a gestão entende que o risco se confina ao risco de taxa de juro subjacente ao empréstimo de médio e longo prazo e que o mesmo está avaliado.

Risco de liquidez / crédito / fluxos de caixa

O financiamento do ACP resulta dos respetivos meios libertos, não sendo habitual para a satisfação dos seus compromissos o recurso ao financiamento bancário. O foco da empresa é sobre a gestão de capital circulante e despesas de capital. Como consequência da sua política de gestão do ativo circulante e da sua eficiente gestão, a empresa dispõe atualmente de uma situação confortável em termos de liquidez. Não obstante, os principais riscos decorrem dos compromissos assumidos com os fornecedores e da eventual falta de pagamento dos seus clientes. No entanto,

a empresa mantém políticas regulares de cobrança e regularização dos seus compromissos.

EMPRESAS ASSOCIADAS

ACP – Serviços de Assistência, LDA.

O ACP Serviços de Assistência (ASA) apresentou em 2012 um volume de negócios de 10.430 milhares de euros, menos 8% comparativamente com 2011. Esta quebra está principalmente relacionada com a quebra das carteiras com assistência dos Clientes do ASA.

Os resultados líquidos ascenderam a 329.703 euros, praticamente em linha com os resultados do ano anterior, registando um ligeiro aumento. A subida dos resultados operacionais mais expressiva do que a subida nos resultados líquidos foi essencialmente alicerçada no trabalho de otimização dos meios próprios, que realizaram em 2012, cerca de 62% do total dos serviços prestados pelo ASA.

Assistência em Viagem

A Assistência aos Sócios ACP continua a ser uma das áreas mais importantes do ASA, representando cerca de metade da sua atividade, com a prestação de 41.638 assistências aos Sócios, associada a uma taxa de desempanagem de 53,5%.

Resumo da atividade em números

Números chave – Assistência em Viagem

Assistências a Veículos	69 619
Assistências a pessoas	9 539
Assistências com meios próprios	47 032
Desempanagens	40 126

A empresa mantém a sua posição de líder de mercado no segmento das marcas automóveis, que continua a ser uma área onde existe forte pressão sobre os preços e sistemas de SLA's (Service Level Agreement) cada mais exigentes.

A constituição da frota de assistência em 2012 foi de 132 viaturas.

A operacionalidade a nível dos serviços de assistência em viagem foi assegurada por um quadro de 70 mecânicos e motoristas, estando localizados em Lisboa e Grande Lisboa, no Porto e Braga, Aveiro, Coimbra, Peniche, Santarém, Setúbal e Grândola.

O atendimento telefónico foi assegurado por 45 operadores, divididos em 2 centros de coordenação (Prior Velho e Porto), com funcionamento 24 horas por dia.

Serviços de patrulhamento

A área de patrulhamento é constituída por duas equipas exclusivas para a Vialitoral e a Lusoponte, representando um total de 47 colaboradores. Os meios materiais disponíveis são igualmente exclusivos e representam 12 veículos de intervenção.



Resumo da atividade em números

Números chave 2012 - Patrulhamento

Número de quilómetros percorridos a nível das Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama	638.459 Km
Número de quilómetros percorridos na Vialitoral	570.469 Km

Sistema de Gestão da Qualidade

Em Julho, foi efetuada a primeira auditoria de renovação da certificação do sistema de gestão da qualidade do ASA, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008.

Alguns indicadores de qualidade – ano 2012:

- Chamadas atendidas até 20 segundos: 85,4%
- Índice de satisfação dos Clientes: 95,48%
- Taxa de reclamação: 0,12%
- Tempo médio de chegada ao local: 34 minutos
- Taxa de eficiência dos mecânicos: 89,1%

A nova aplicação de tratamento de reclamações esteve a funcionar em pleno durante o ano 2012, tendo sido uma ferramenta de análise importante a nível qualitativo.

Factos relevantes

Foram desenvolvidos durante o ano de 2012 novos contratos com fornecedores de serviços para prestação de serviços exclusivos para o ASA. Estas parcerias permitem alargar a presença dos serviços do ASA em novas zonas geográficas, assegurando o total cumprimento das normas de funcionamento de acordo com as regras existentes para os meios próprios. Este facto permitiu um aumento da qualidade dos serviços prestados em áreas onde o ASA não tinha cobertura.

Iniciou-se igualmente uma estratégia de diversificação dos negócios, com o início do processo de certificação da área de formação do ACP Serviços de Assistência. Na perspetiva de dotar os meios próprios das mais altas competências possíveis para o exercício da sua atividade, o ASA tem mantido a preocupação em investir na formação interna, com infraestruturas adequadas e pessoal qualificado. Pretende-se com esta certificação alargar o âmbito da formação que passará a ser aberta ao exterior, com o enfoque nos fornecedores do ASA.

Neste âmbito, salienta-se que foram realizadas 5.585 horas de formação profissional, maioritariamente através de formadores internos.

ACP – Viagens e Turismo, LDA.

ANÁLISE DO NEGÓCIO

1. ACTIVIDADES

Para preparação do ano 2012, foi considerada a quebra do poder de compra dos consumidores em 2011 e o sentimento de incerteza e insegurança que se instalou no mercado tendo sido tomadas as seguintes medidas:

Produtos próprios

Viagens exclusivas ACP internacionais: Sabendo que estas viagens se destinam a um segmento alto, que assumimos

mantivesse os seus hábitos de viagem, insistimos num calendário de viagens variado e mantivemos uma agressiva negociação com fornecedores com vista à apresentação de preços mais económicos.

Viagens exclusivas ACP nacionais: Foram preparadas viagens em grupo, dentro de Portugal, com as mesmas características das internacionais, respondendo ao pedido de clientes e disponibilizando assim uma oferta de qualidade e económica. Ao contrário do esperado o volume de vendas referente às viagens internacionais caiu de forma drástica não tendo tido as viagens nacionais uma aceitação que compensasse a quebra das primeiras.

Em maio de 2012, com o cancelamento sucessivo da maior parte das viagens exclusivas, os funcionários do departamento de grupos foram colocados nas delegações do Colombo e Estoril numa tentativa de recuperar a faturação perdida em grupos com a venda de viagens individuais.

Campanha Turquia: Sendo o circuito uma oferta aos sócios e o preço final da viagem muito convidativo considerámos ser um bom produto a divulgar em 2012, tendo sido preparadas duas épocas, primavera e outono. De forma a atrair novamente clientes que já haviam feito esta viagem, solicitámos ao nosso fornecedor que fosse alterado o itinerário e, sobretudo, que incluísse uma visita à cidade de Istambul. Conforme esperado participaram nesta partidas muitos repetentes mas a quebra no número de passageiros foi grande não tendo sido possível preencher voos charter mas sim, grupos de cerca de 35 passageiros em média durante todo o período da companhia.

Recetivo - Vodafone Rally Portugal: Para além do habitual bloqueio de quartos, efetuado no momento em que são anunciadas as datas do evento, mais uma vez as equipas e agências que em anos anteriores solicitaram reservas ao ACP Viagens foram de imediato contactadas com a informação sobre hotéis, preços e condições para que pudessem começar a fazer as suas reservas, de modo a evitar a marcação direta com os hotéis por parte de algumas equipas.

Acordos com fornecedores

Foi constante a procura de melhores contratos e condições junto dos fornecedores. No que se refere à negociação geral dos acordos de colaboração, especialmente com operadores, houve uma manutenção das condições. Tratando-se de especialistas em viagens de lazer, as mais afetadas pela conjuntura atual, viram-se obrigados a ajustar as suas próprias operações não havendo por essa razão grandes margens negociais. Sendo fornecedores com quem temos relações estreitas e estamos em permanente contacto, ao longo do ano vários foram os acordos pontuais de que fomos beneficiando.

Divulgação

Houve uma maior utilização e desenvolvimento do site e de newsletters, meios que se pretendia aproximassem mais o ACP Viagens dos sócios ACP. O site em constante atualização apresentou programas bastante abrangentes em termos de preço e uma vasta oferta de produtos. Ao longo de 2012, mensalmente, foram enviadas newsletters que se mostraram



frutíferas. Houve ainda a manutenção do mailling a 30.000 sócios para a operação da Turquia.

Venda antecipada e política de descontos

A tendência dos consumidores de fazerem as suas reservas muito perto da data da viagem, com grandes prejuízos para as agências de viagens e operadores, obrigou-nos a oferecer descontos de venda antecipada, acumuláveis com os preços de venda antecipada divulgados pelos operadores. Ao mesmo tempo de forma a estimular as vendas, os sócios beneficiaram de descontos mais interessantes ao longo do ano. Estas reduções refletiram-se na margem bruta – 11,4% em 2011 e 10,4% em 2012.

Resultados e análise financeira

O volume de negócios da empresa constante das demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística apenas contempla a margem bruta no caso dos produtos não próprios. A análise abaixo compreende as vendas brutas realizadas pela empresa. O volume de vendas face ao ano anterior apresenta uma quebra de cerca de 31,13%. Em 2011, a empresa faturou 6.925.559 euros e em 2012, apenas 4.769.573 euros.

Analisando o volume de vendas dos produtos mais significativos verificam-se as maiores quebras nos seguintes produtos:

- Viagens Exclusivas ACP – 666.696 euros
- Campanha Turquia – 620.384 euros
- Produtos de Operadores – 320.012 euros
- Hotelaria – 170.741 euros
- Aviação – 103.555 euros
- Recetivo – 62.978 euros

Em termos globais, os resultados comparados com o período anterior são os seguintes:

	2012	2011	Variação
Vendas	4.770	6.926	- 2.156
Margem Bruta	498	790	- 292
EBITDA	-639	-342	-297
EBIT	-669	-370	-299
Resultados antes impostos	-648	-369	-279
Resultado líquido	-650	-370	-280

Unidade: milhar Euro

No final de 2011, a empresa efetuou um processo de reestruturação, consubstanciado na redução de 5 colaboradores e na não renovação do contrato de arrendamento na loja de Alvalade.

Apesar da fortíssima quebra no volume de vendas, a quebra no resultado líquido não considerando o efeito de indemnizações (177 mil euros em 2011 e em 2012, 337 mil euros), foi atenuada pela reestruturação operada em 2011.

Em 2012, uma vez que a retração verificada em 2012 foi bastante mais profunda do que se antecipou tendo sido as

agências de viagens especializadas em viagens de lazer extremamente afetadas e não se esperando uma recuperação do mercado nos próximos dois anos foi necessário rescindir o contrato de doze funcionários, tendo três outros ingressado no ACP.

ACP – Mediação de Seguros, S.A.

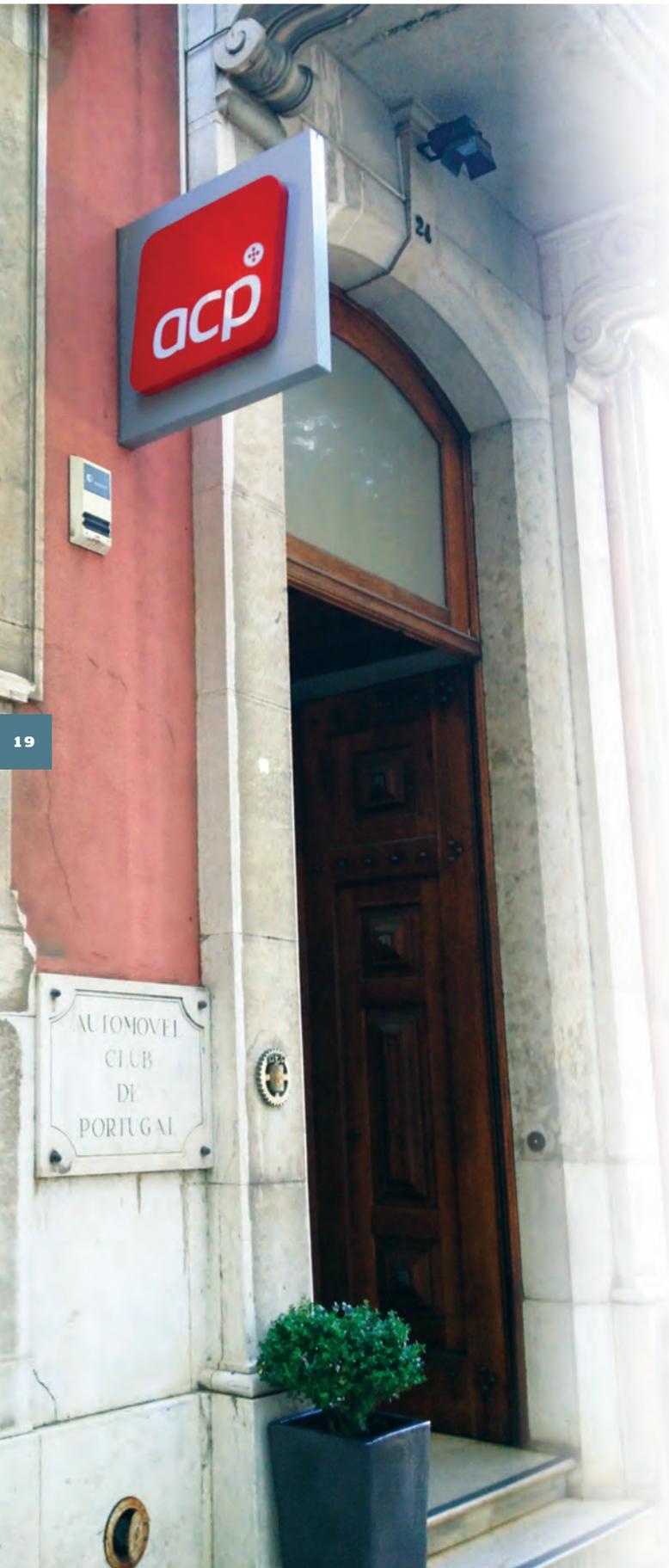
Apesar da atividade Seguradora em Portugal ter registado um crescimento negativo de 3,8% no Ramo Não Vida, a empresa teve um decréscimo no volume de negócios de apenas 1,11%. Foram captados cerca de 5.700 novos clientes e vendas mais de 12.500 novas apólices de seguro. Manteve-se a aposta na comercialização de produtos inovadores e exclusivos para os sócios do ACP.

O resultado líquido apresentado pela empresa, cerca de 530 mil euros, está de acordo com o Orçamento aprovado e reflete a manutenção da aposta em ferramentas informáticas inovadoras e o reforço da equipa de atendimento aos sócios, fundamental para garantir um serviço de maior proximidade e eficiência que permita a retenção dos clientes do ACP Seguros.

ACP MOBILIDADE – SOCIEDADE DE SEGUROS DE ASSISTÊNCIA, S.A.

Em 2012, a produção do ACP Mobilidade, Sociedade de Seguros de Assistência atingiu 1.009.367 euros, representando um decréscimo de 6% comparativamente com o ano anterior. A taxa de sinistralidade situou-se nos 49%, ligeiramente abaixo da taxa de sinistralidade do ano anterior quando considerando apenas os sinistros de 2011. O rácio das despesas gerais do ACP Mobilidade reduziu em cerca de 2 pp, representando 24,5% do volume de prémios.

O resultado líquido da empresa foi de 259.066 euros. O valor representa, na componente técnica, um nível de resultado dentro do esperado face ao volume e à carteira da companhia. Relativamente à componente não técnica, e em particular, ao efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos, o mesmo foi muito influenciado por uma operação de reestruturação (downsizing) na empresa participada ACP Viagens.



VILLAS-BOAS ACP CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, LDA.

Em 2012 a empresa Villas Boas ACP Corretores de Seguros solidificou a sua presença no mercado nacional, centrando a sua atividade na prestação de serviços de corretagem de seguros ao mercado empresarial focando igualmente o mercado de particulares de médio e elevado rendimento.

O crescimento das vendas em cerca de 7% é o reflexo do bom desempenho comercial, efetuado nas negociações de contratos com clientes e condições de comissionamento com fornecedores, assim como da sólida organização existente na empresa.

Apesar das dificuldades económicas presentes no mercado português, a empresa procura consolidar a carteira de clientes, aumentar a implantação no mercado em geral e procurar parcerias potenciadoras de desenvolvimento de negócio.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2012, o ACP apresentou um resultado líquido de 436.868,73 euros.

A Direção propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

- Fundo Social: -72.848,95 euros
- Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas: + 509.717,68 euros

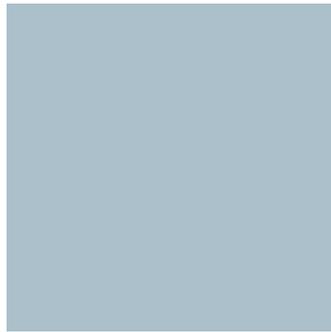
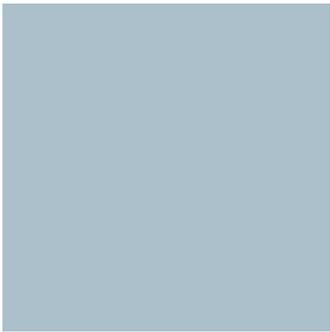
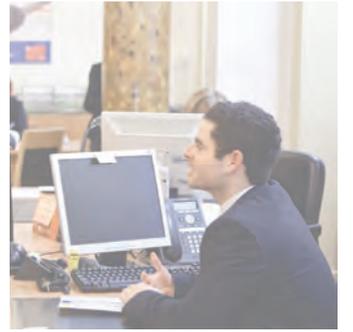
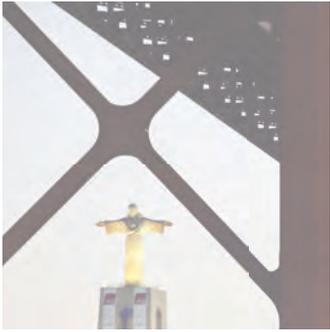
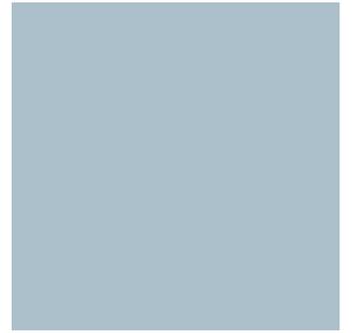
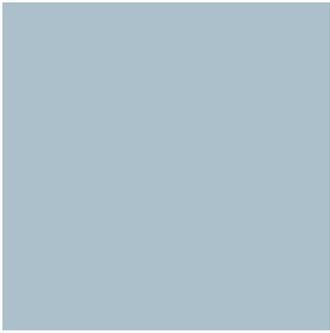
AGRADECIMENTOS

A Direção agradece a todos os sócios que através de carta, telefone ou email manifestaram o seu interesse pelas diversas áreas de atividade do clube, contribuindo de forma ativa para a intervenção do ACP em áreas tão importantes como a segurança rodoviária e a defesa dos interesses dos automobilistas.

Agradecemos ainda aos membros da Assembleia Geral e da Comissão Revisora de Contas, cuja assistência foi valiosa no acompanhamento das decisões tomadas pelo clube e, sobretudo, aos funcionários do ACP e Associadas pelo seu empenho e dedicação.

Lisboa, 13 de Março de 2013

A Direção
Presidente
Carlos Alpoim Vieira Barbosa
Vice-presidente
Miguel António Igrejas Horta e Costa Vogais
João Manuel de Mello Franco
Maria Margarida Amado Pinto Correia Represas
João Nuno Pereira Dias de Magalhães
Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira
Domingos Caetano Ramos Piedade



AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

CONTAS INDIVIDUAIS

2012

Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	10 986 274,36	11 830 031,34
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11; 12	15 052 399,92	15 980 080,74
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
		26 038 674,28	27 810 112,08
Ativo Corrente			
Inventários	13	353 273,25	368 714,39
Ativos biológicos			
Clientes	10; 18	781 515,91	783 971,44
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	23	48 157,19	287 186,90
Acionistas/sócios	10; 18	397 943,00	301 702,59
Outras contas a receber	10; 18; 22.1	703 726,72	111 129,22
Diferimentos	18; 22.3	254 514,88	332 478,67
Ativos financeiros detidos para negociação	18	2 289,67	1 479,00
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda	8		199 000,00
Caixa e depósitos bancários	4	3 795 571,30	2 692 429,15
		6 336 991,92	5 078 091,36
Total do Ativo		32 375 666,20	32 888 203,44
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	20	14 683 128,86	16 959 637,58
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em ativos financeiros	20.1	1 795 579,23	1 830 361,45
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		436 868,73	(2 311 290,94)
		16 915 576,82	16 478 708,09
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		16 915 576,82	16 478 708,09
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	15	273 517,83	1 937 537,06
Financiamentos obtidos	18.3	2 249 999,97	2 482 798,22
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	808 934,46	841 798,89
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		3 332 452,26	5 262 134,17
Passivo corrente			
Fornecedores	18	5 169 659,39	4 749 734,57
Adiantamentos de clientes	18	690 391,34	1 152 671,19
Estado e outros entes públicos	23	354 449,80	208 662,22
Accionistas/sócios	18	1 091 426,98	
Financiamentos obtidos	18.3	230 769,24	230 769,23
Outras contas a pagar	18; 22.2	1 980 938,95	1 936 905,07
Diferimentos	18; 22.3	2 610 001,42	2 868 618,90
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		12 127 637,12	11 147 361,18
Total do Passivo		15 460 089,38	16 409 495,35
Total do Capital Próprio e do Passivo		32 375 666,20	32 888 203,44

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Vendas e serviços prestados	14	23 425 888,80	24 346 402,53
Subsídios à exploração	14; 16	1 398 103,26	970 000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11; 12	509 717,68	503 380,13
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(267 285,87)	(342 557,73)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16 070 412,57)	(17 589 158,40)
Gastos com o pessoal	19; 25	(7 130 051,27)	(7 001 285,14)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13		(6 523,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(54 855,33)	(229 500,36)
Provisões (aumentos/reduções)	15.1	1 664 019,23	(1 840 316,73)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	10	(1 111 397,93)	(4 831,71)
Aumentos/reduções de justo valor	18.1	56,23	(4 583,69)
Outros rendimentos e ganhos	26.1	119 927,93	752 603,03
Outros gastos e perdas	26.2	(1 006 985,35)	(792 796,35)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		1 476 724,81	(1 239 168,37)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(1 148 295,35)	(1 165 250,52)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		328 429,46	(2 404 418,89)
Juros e rendimentos similares obtidos	14	176 392,01	159 583,65
Juros e gastos similares suportados		(43 997,91)	(60 728,87)
Resultado Antes de Impostos		460 823,56	(2 305 564,11)
Imposto sobre o rendimento do período	17	(23 954,83)	(5 726,83)
Resultado Líquido do Período		436 868,73	(2 311 290,94)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe				
		Capital Realizado	Acções (Quotas Próprias)	Outros Instru. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais
Posição no Início do Período de 2011 (1)		17 975 266,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1 015 628,47)				
(2)		(1 015 628,47)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)						
Resultado Integral (4=2+3)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2011 (6=1+2+3+5)		16 959 637,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Início do Período de 2012 (6)		16 959 637,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(2 276 508,72)				
(7)		(2 276 508,72)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)						
Resultado Integral (9=7+8)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2012 (6+7+8+10)		14 683 128,86	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração dos Resultados por Funções do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Vendas e serviços prestados		23 425 888,80	24 346 402,53
Custo das vendas e dos serviços prestados		(19 958 147,98)	(21 465 700,93)
Resultado Bruto		3 467 740,82	2 880 701,60
Outros rendimentos		4 375 894,27	2 821 223,51
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		(4 214 468,64)	(4 152 790,96)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(3 124 344,98)	(3 793 969,39)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		504 821,47	(2 244 835,24)
Gastos de financiamento (líquidos)		(43 997,91)	(60 728,87)
Resultados Antes de Impostos		460 823,56	(2 305 564,11)
Imposto sobre o rendimento do período		(23 954,83)	(5 726,83)
Resultado Líquido do Período		436 868,73	(2 311 290,94)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

1 Identificação da Entidade

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos.

Todos os valores apresentados são expressos em euros.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Estrutura Concetual do SNC ao abrigo do Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro (DR nº 173, II série) e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ao abrigo do DL 158/2009, de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2011.

3 Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes:

	Taxas			Vida Útil		
Edifícios e outras construções	1,25%	-	20%	5 anos	-	80 anos
Equipamento básico	12,5%	-	20%	5 anos	-	8 anos
Equipamento de transporte	12,5%	-	25%	4 anos	-	8 anos
Ferramentas e utensílios	20%	-	25%	4 anos	-	5 anos
Equipamento administrativo	12,5%	-	33,33%	3 anos	-	8 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

b) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O ACP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis

para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

c) Locações

São consideradas locações financeiras, todas aquelas em que ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo, independentemente do seu título de propriedade ser ou não transferido.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

As rendas são compostas pelo encargo financeiro que é registado como gasto do período e pela amortização financeira que é deduzida ao passivo pendente.

Se não houver certeza razoável de que o ACP obtenha a propriedade no fim do prazo da locação é utilizado o período de vida útil mais curto entre o prazo de locação e a vida útil expectável para um bem com as mesmas características, caso contrário são utilizados os períodos de vida útil mencionados na alínea a) acima.

São consideradas locações operacionais, aquelas em que não ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um determinado ativo.

Os pagamentos associados às locações operacionais são registados como gastos do período e reconhecidos numa base sistemática e linear durante o prazo da locação.

d) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos numa base de acréscimo durante o período a que respeitam e incluem no caso do ACP juros de empréstimos de médio e longo prazo obtidos e encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a alínea anterior, elaborada nos termos da NCRF 9 – Locações.

e) Imparidade de Ativos

O ACP avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade.

Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável.

A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O justo valor de um ativo e o seu valor de uso, quer no caso dos ativos fixos tangíveis, quer no caso de *goodwill* são apurados com base nos fluxos de caixa futuros descontados para o período de referência.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis ou de *goodwill* são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

f) Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquira a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

g) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

h) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação.

O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2012, mas que abrangem uma parte do ano de 2013. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o ACP;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os juros relativos a empréstimos concedidos são registados numa base de acréscimo durante os períodos a que dizem respeito.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões sempre que exista uma obrigação (legal ou implícita) presente como resultado de um acontecimento passado, da qual seja provável que resulte uma necessidade de

recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e que a mesma possa ser estimada com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As estimativas realizadas, designadamente as relacionadas com os processos em contencioso, são efetuadas com o apoio de especialistas internos ou consultores externos, contudo a revisão das mesmas pode afetar de forma significativa os resultados futuros.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

j) Subsídios à exploração

Correspondem, essencialmente, aos subsídios de Entidades Oficiais, no âmbito da organização de provas desportivas de automobilismo a cargo do ACP, cujo valor é registado como rendimento quando é estabelecido o direito ao respetivo recebimento.

k) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP (ver nota 18).

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

l) Instrumentos financeiros

O ACP reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos

ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Os instrumentos financeiros caixa ou equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, acréscimos e diferimentos são mensurados ao custo.

Os empréstimos bancários são mensurados ao custo quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente são mensurados ao justo valor.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

m) Benefícios dos empregados

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

n) Acréscimo de rendimentos

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2013, mas que dizem respeito a 2012, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades e juros de depósitos a prazo.

o) Acréscimo de gastos - Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e os respetivos encargos a pagar são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

p) Diferimentos

Os diferimentos resultam de encargos suportados com a melhoria de instalações arrendadas, reconhecidos pelo período esperado de arrendamento (três a dez anos), de rendimentos e gastos suportados em 2012 relativos a provas desportivas a realizar em 2013 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo réditto apenas será reconhecido em 2013.

Encontram-se igualmente registados como diferimentos as quantias das quotas emitidas em 2012, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2012.

q) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do ACP.

b) Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no *goodwill* resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O *goodwill* em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do ACP.

e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do ACP situações que coloquem em causa a continuidade do ACP.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2012	2011
Caixa	45 459,19	44 894,49
Depósitos à Ordem	900 112,11	397 034,66
Depósitos a Prazo	2 850 000,00	2 250 500,00
	3 795 571,30	2 692 429,15

A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6 Partes relacionadas

As transações realizadas entre o ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente à cedência de espaços para desenvolvimento das atividades das partes relacionadas, a comissões, à prestação de serviços financeiros, gestão de recursos humanos, informáticos e administrativos e aos juros decorrentes de empréstimos concedidos.

Os gastos são compostos pelos serviços de assistência em viagem, pelo seguro de assistência em viagem e por deslocações organizadas pela agência de viagens do grupo.

i. Empresas subsidiárias

	Transações				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Res. Fin.	Gastos Diferidos	Rec. Dividendos
ACP - Serviços de Assistência	728 527,90	4 432 429,72	-	-	-
ACP - Motorsport	13,80	98 648,01	-	-	23 846,33
ACP - Mobilidade	419,93	653 164,14	-	-	194 154,24
ACP - Viagens e Turismo	4 710,02	171 614,43	-	-	-
	733 671,65	5 355 856,30	0,00	0,00	218 000,57
	Saldos				
	Clientes	Fornecedores	Sócios	Outras contas rec./pagar	Inv. Financeiros
ACP - Serviços de Assistência	-	(3 463 067,45)	-	-	-
ACP - Motorsport	-	(44,74)	-	-	-
ACP - Mobilidade	522,49	-	-	(125 418,84)	-
ACP - Comunicações	-	-	-	225,00	100 000,00
ACP - Viagens e Turismo	4 759,22	(14 867,50)	-	(3 490,76)	-
	5 281,71	(3 477 979,69)	0,00	(128 684,60)	100 000,00

ii. Empresas associadas

	Transações				
	Rend. Op.	Gastos Op.	Gastos Dif.	Outros Gastos	Investimentos
Villas Boas ACP	-	199 599,18	-	-	-
ACP Seguros	480 363,64	9 530,35	-	-	-
	480 363,64	209 129,53	0,00	0,00	0,00
	Saldos				
	Clientes	Fornecedores	Ad. Clientes	Outras contas rec./pagar	Inv. Financeiros
Villas Boas ACP	-	-	-	(10 178,16)	-
ACP Seguros	429,11	-	(690 391,34)	(260,10)	-
	429,11	0,00	(690 391,34)	(10 438,26)	0,00

iii. Pessoal-chave da gestão

Os elementos que constituem a Direção do ACP não auferem remuneração.

7 Ativos fixos tangíveis

	Início do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89	1 608 890,89	0,00	1 608 890,89
Edifícios e outras construções	19 496 653,77	9 888 758,31	9 607 895,46	19 544 313,52	10 730 915,60	8 813 397,92
Equipamento básico	1 175 760,27	1 029 482,92	146 277,35	1 292 653,15	1 107 553,69	185 099,46
Equipamento de transporte	1 032 262,15	896 317,55	135 944,60	1 040 262,15	932 709,11	107 553,04
Equipamento administrativo	6 238 688,62	5 982 688,17	256 000,45	6 372 703,42	6 127 784,74	244 918,68
Investimentos em Curso	75 022,59	0,00	75 022,59	75 022,59	48 608,22	26 414,37
	29 627 278,29	17 797 246,95	11 830 031,34	29 933 845,72	18 947 571,36	10 986 274,36

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Deprec.	Regulizações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89							1 608 890,89
Edifícios e outras construções	9 607 895,46	47 659,75			(855 590,25)		13 432,96	8 813 397,92
Equipamento básico	146 277,35	116 921,48		(28,60)	(102 139,17)		24 068,40	185 099,46
Equipamento de transporte	135 944,60	8 000,00			(36 391,56)			107 553,04
Equipamento administrativo	256 000,45	134 717,07		(702,27)	(154 174,37)		9 077,80	244 918,68
Investimentos em Curso	75 022,59						(48 608,22)	26 414,37
	11 830 031,34	307 298,30	0,00	(730,87)	(1 148 295,35)	0,00	(2 029,06)	10 986 274,36

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6 356 734,77	Hipoteca
Equipamento básico	27 221,51	Reserva de Propriedade
Equipamento de transporte	67 581,41	Reserva de Propriedade
	6 451 537,69	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2012, o ACP possui 94.803 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira (ver nota 9.1).

8 Ativos não correntes detidos para venda

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf.	Saldo Final
Edifícios	221 269,21		221 269,21		0,00
Imparidades Acumuladas	(22 269,21)		(22 269,21)		0,00
	199 000,00	0,00	199 000,00	0,00	0,00

O valor da alienação apresentada corresponde a um imóvel sito no Funchal, cuja escritura de venda foi realizada no dia 4 de Janeiro de 2012.

9 Locações

9.1 Locações financeiras

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento básico	27 221,51	16 332,92	10 888,59
Equipamento de transporte	67 581,41	38 680,96	28 900,45
	94 802,92	55 013,88	39 789,04

	Menor 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		Maior 5 Anos		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras								
Equipamento básico	5 943,13	5 793,72					5 943,13	5 793,72
Equipamento de transporte	15 071,15	14 692,27	10 302,39	9 323,82			25 373,54	24 016,09
	21 014,28	20 486,00	10 302,39	9 323,82	0,00	0,00	31 316,67	29 809,82

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual. A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 5,224%, correspondente à taxa *swap* para operações de maturidade similar (0,724%) acrescida de um *spread* de 4,50%, de acordo com as taxas de mercado.

9.2 Locações operacionais

Pagamentos Mínimos Futuros	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Locações Operacionais				
Viaturas	199 245,95	289 263,21		488 509,16
	199 245,95	289 263,21	0,00	488 509,16

10 Imparidade de ativos

As contas apresentadas no quadro seguinte apresentam situações de imparidade:

Contas a Receber	2012	2011
Valor Bruto		
- Clientes	1 278 108,43	1 238 112,42
- Sócios	419 604,97	339 048,99
- Outros Devedores	718 726,72	127 093,48
Total	2 416 440,12	1 704 254,89
Imparidades totais		
- Clientes	496 592,52	454 140,98
- Sócios	21 661,97	37 346,40
- Outros Devedores	15 000,00	15 964,26
Total	533 254,49	507 451,64
Valor Líquido		
- Clientes	781 515,91	783 971,44
- Sócios	397 943,00	301 702,59
- Outros Devedores	703 726,72	111 129,22
Total	1 883 185,63	1 196 803,25

O quadro seguinte apresenta os movimentos nas imparidades acima referenciadas:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	454 140,98	85 032,66	(14 492,90)	(28 088,22)	496 592,52
- Sócios	37 346,40		(15 684,43)		21 661,97
- Outros Devedores	15 964,26			(964,26)	15 000,00
	507 451,64	85 032,66	(30 177,33)	(29 052,48)	533 254,49
Investimentos Financeiros					
- Em Subsidiárias	0,00	1 111 397,93			1 111 397,93
	0,00	1 111 397,93	0,00	0,00	1 111 397,93
	507 451,64	1 196 430,59	(30 177,33)	(29 052,48)	1 644 652,42

1.1 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 50% na empresa Villas Boas ACP, a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Direta	% de Participação Indireta
	2012	2011		
Partes de capital em empresas associadas				
Villas Boas ACP, Lda. (Met. Eq. Patrimonial)	2 926 552,65	2 757 792,76	50,00%	0,00%
Villas Boas ACP, Lda. (Goodwill)	8 317 447,35	9 428 845,28	50,00%	0,00%
Total	11 244 000,00	12 186 638,04	50,00%	0,00%

	Informação Financeira					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
Villas Boas ACP, Lda	22 906 608,74	17 053 503,44	5 853 105,30	937 519,78	5 980 132,58	2012

1.2 Investimentos em subsidiárias e consolidação

As empresas subsidiárias do ACP são incluídas no respetivo perímetro de consolidação e consolidadas através do método de consolidação integral. A empresa associada Villas Boas ACP, Lda é consolidada através do método da equivalência patrimonial.

Os investimentos em subsidiárias detalham-se como segue:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Direta	% de Participação Indireta
	2012	2011		
Partes de capital em empresas subsidiárias				
ACP - Viagens e Turismo, Lda.	0,00	3 739,04	60,00%	40,00%
ACP - Mobilidade, S.A.	3 496 219,57	3 435 553,41	97,86%	2,14%
ACP - Motorsport, Lda.	23 341,00	60 302,89	95,00%	5,00%
ACP - Comunicações, Lda.	0,00	0,00	100,00%	0,00%
ACP - Serviços de Assistência, Lda.	230 864,70	213 616,76	0,00%	100,00%
	3 750 425,27	3 713 212,10		
Prestações Suplementares				
ACP - Motorsport, Lda.		0,00		
ACP - Comunicações, Lda.	57 974,65	80 230,60		
	57 974,65	80 230,60		
Imparidade de ativos	0,00	0,00		
	3 808 399,92	3 793 442,70		

(a) Participação detida diretamente em 60% do Capital pelo ACP e indiretamente em 40% por via do ACP-Mobilidade.

(b) Participação detida diretamente em 97,86% pelo ACP e os restantes 2,14% por via de outras empresas interligadas.

(c) Participação detida diretamente em 95% pelo ACP e os restantes 5% por via de ACP-Viagens e Turismo, Lda.

(d) Participação detida diretamente em 100% pelo ACP.

(e) Part. detida ind. pelo ACP em 100% do seu Capital por via do ACP-Mobilidade (90%) e do ACP-Viagens e Turismo (10%).

Ao valor de investimentos em subsidiárias de Euro 3.808.400 (2011: Euro 3.793.443) acresce a participação em associadas (ver nota 11), de Euro 11.244.000 (2011: Euro 12.186.638), totalizando Euro 15.052.400 (2011: Euro 15.980.081).

O quadro seguinte resume a principal informação financeira das empresas subsidiárias:

	Informação Financeira					Ano
	Ativo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
ACP - Viagens e Turismo, Lda	651 262,56	975 454,44	(324 191,88)	(650 423,60)	1 022 300,55	2012
ACP - Mobilidade, SA	4 113 582,07	617 363,75	3 496 218,32	259 066,16	1 009 366,74	2012
ACP - Serviços de Assistência, Lda	5 990 097,61	3 681 450,38	2 308 647,23	329 703,25	10 430 959,82	2012
ACP - Motorsport, Lda	108 238,10	84 897,10	23 341,00	(11 860,49)	183 127,27	2012
ACP - Comunicações, Lda	58 174,65	200,00	57 974,65	(22 255,95)	0,00	2012

13 Inventários

Descrição	2012	2011
Mercadorias	439 744,99	456 610,60
Matérias-primas	7 693,22	6 268,75
	447 438,21	462 879,35
Imparidades do período	0,00	(6 523,95)
Imparidades de períodos anteriores	(94 164,96)	(87 641,01)
	(94 164,96)	(94 164,96)
Total	353 273,25	368 714,39

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários				
- Mercadorias	93 012,40			93 012,40
- Matérias-Primas	1 152,56			1 152,56
	94 164,96	0,00	0,00	94 164,96

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2012	2011	2012	2011
Existências iniciais	456 610,60	527 577,89	6 268,75	7 311,80
Compras	257 164,32	356 786,38	26 141,06	30 956,21
Regularização de existências	(6 744,06)	3 735,19	-	-
Existências finais	439 744,99	456 610,60	7 693,22	6 268,75
Custo do exercício	267 285,87	431 488,86	24 716,59	31 999,26

Os valores apresentados como custo do exercício nas matérias-primas são registados numa conta de Fornecimentos e Serviços Externos – Material de Escritório.

14 Rédito

	2012	2011
Vendas	351 692,69	426 535,71
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14 560 899,10	14 601 293,51
- Receitas de protocolos diversos	1 905 807,44	1 945 517,63
- Receitas com patrocínios e publicidade	1 511 633,69	2 193 933,62
- Centros de exames de condução	975 218,31	1 041 986,91
- Receitas de inscrições em provas desportivas	862 315,17	990 553,88
- Receitas com serviços de documentação	807 210,49	763 121,17
- Serviços prestados a associadas	731 774,60	708 335,02
- Receitas com escolas de condução	509 480,16	540 163,28
- Outros serviços prestados	1 209 857,15	1 134 961,80
	23 074 196,11	23 919 866,82
Subsídios à Exploração	1 398 103,26	970 000,00
Juros	176 392,01	159 583,65
	25 000 384,07	25 475 986,18

15 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

15.1 Provisões

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	1 937 537,06	53 130,00	0,00	(1 911 664,35)	79 002,71
- Outras provisões	0,00	194 515,12	0,00	0,00	194 515,12
	1 937 537,06	247 645,12	0,00	(1 911 664,35)	273 517,83

A Repsol Portuguesa, SA colocou uma ação de condenação com processo ordinário ao ACP por resolução unilateral de contrato sem fundamento legal ou contratual, a qual tinha um valor global de cerca de 5,3 milhões de euros.

O ACP foi condenado a pagar à Repsol, em 1ª instância, uma quantia máxima estimada, em função do racional então desenvolvido pelo tribunal, de 2.793.000 euros.

O ACP recorreu da condenação em 1ª instância, sendo, na altura, convicção da gestão que o ACP seria absolvido, contudo por questões de prudência decorrentes da condenação mencionada, constituiu uma provisão de 1.911.664,35 euros.

Em 2012, o ACP foi absolvido, quer pelo tribunal da relação, quer pelo Supremo Tribunal de Justiça de todas as acusações, tendo a decisão transitado em julgado, pelo que a respetiva provisão foi objeto de reversão.

A Gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

As outras provisões dizem respeito ao valor negativo dos capitais próprios da empresa do grupo ACP Viagens e Turismo, Lda na proporção da participação do ACP.

15.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral os quais envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais.

16 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e programas relacionados com a prevenção rodoviária e foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do réditto:

	2012	2011
Instituto Turismo Portugal	861 720,00	900 000,00
Instituto Português do Desporto e Juventude	500 000,00	0,00
Autarquias	20 000,00	70 000,00
Aut. Nacional Seg. Rodoviária	11 883,26	0,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	4 500,00	0,00
	1 398 103,26	970 000,00

17 Impostos sobre o rendimento:

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

Conforme referido na Nota 3 k), o IRC é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, nomeadamente no nº 4 do art.º 80º do CIRC. Na circunstância não existe matéria coletável em relação ao exercício de 2012, correspondendo o encargo com imposto sobre o rendimento do exercício à tributação autónoma de despesas específicas.

O ACP apresenta diferenças temporárias decorrentes da amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25.

18 Instrumentos financeiros

2012	Mensuração	At. Fin. detidos p/ negociação	Empréstimos e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar	Imparidades	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	2 289,67	3 795 571,30			3 797 860,97
Clientes Gerais	Custo		1 274 328,43		-496 592,52	777 735,91
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		3 780,00			3 780,00
Sub-total (clientes)		0,00	1 278 108,43	0,00	-496 592,52	781 515,91
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Accionistas (participante)	Custo		23 846,33			23 846,33
Sócios	Custo		419 604,97		-21 661,97	397 943,00
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	443 451,30	0,00	-21 661,97	421 789,33
Outras contas a receber (nota 22.1)	Custo		718 726,72		-15 000,00	703 726,72
Diferimentos (nota 22.3)	Custo		254 514,88			254 514,88
Total		2 289,67	6 490 372,63	0,00	-533 254,49	5 959 407,81
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			1 691 679,69		1 691 679,69
Fornecedores-Empresas Subsid.	Custo			3 477 979,70		3 477 979,70
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo					0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	5 169 659,39	0,00	5 169 659,39
Adiantamento de Clientes	Custo			690 391,34		690 391,34
Sócios	Custo			1 091 426,98		1 091 426,98
Empréstimos obtidos	Custo			2 480 769,21		2 480 769,21
Outras contas a pagar (nota 22.2)	Custo			1 980 938,95		1 980 938,95
Diferimentos (nota 22.3)	Custo			2 610 001,42		2 610 001,42
Total		0,00	0,00	14 023 187,29	0,00	14 023 187,29

2011						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	1 479,00	2 692 429,15			2 693 908,15
Cientes Gerais	Custo		1 234 332,42		-454 140,98	780 191,44
Cientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Cientes-Empresas Associadas	Custo		3 780,00			3 780,00
Sub-total (clientes)		0,00	1 238 112,42	0,00	-454 140,98	783 971,44
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Accionistas (participante)	Custo					0,00
Sócios	Custo		339 048,99		-37 346,40	301 702,59
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	339 048,99	0,00	-37 346,40	301 702,59
Outras contas a receber (nota 22.1)	Custo		127 093,48		-15 964,26	111 129,22
Diferimentos (nota 22.3)	Custo		332 478,67			332 478,67
Total		1 479,00	4 729 162,71	0,00	-507 451,64	4 223 190,07
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			1 843 042,92		1 843 042,92
Fornecedores-Empresas Subsid.	Custo			2 705 648,65		2 705 648,65
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			201 043,00		201 043,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	4 749 734,57	0,00	4 749 734,57
Adiantamento de Clientes	Custo			1 152 671,19		1 152 671,19
Empréstimos obtidos	Custo			2 713 567,45		2 713 567,45
Outras contas a pagar (nota 22.2)	Custo			1 936 905,07		1 936 905,07
Diferimentos (nota 22.3)	Custo			2 868 618,90		2 868 618,90
Total		0,00	0,00	13 421 497,18	0,00	13 421 497,18

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos instrumentos financeiros passivos entre correntes e não correntes.

2012	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	1 691 679,69	1 691 679,69
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	2 705 648,65	2 705 648,65
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	772 331,05	772 331,05
Subtotal (fornecedores)	0,00	5 169 659,39	5 169 659,39
Empréstimos obtidos	2 249 999,97	230 769,24	2 480 769,21
Outras contas a pagar	0,00	1 980 938,95	1 980 938,95
Total	2 249 999,97	7 381 367,58	9 631 367,55
2011	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	1 843 042,92	1 843 042,92
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	2 705 648,65	2 705 648,65
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	201 043,00	201 043,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	4 749 734,57	4 749 734,57
Empréstimos obtidos	2 482 798,22	230 769,23	2 713 567,45
Outras contas a pagar	0,00	1 936 905,07	1 936 905,07
Total	2 482 798,22	6 917 408,87	9 400 207,09

18.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa. Em 2012 o ACP participou no aumento de capital, sendo o ganho registado a diferença entre a cotação no final do exercício e o valor médio das ações adquiridas.

18.2 Ativos financeiros mensurados ao custo

Os restantes ativos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

18.3 Passivos financeiros mensurados ao custo

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.480.769,21 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2012 foram de 43.268,10 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

Amortizações de capital	Pagamentos < 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos > 5 Anos	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	230 769,23	923 076,92	1 326 923,06	2 480 769,21
	230 769,23	923 076,92	1 326 923,06	2 480 769,21

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

18.4 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

19 Benefícios dos empregados

19.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 m), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2012, resumem-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	841 798,89
Custo dos serviços correntes	1 761,24
Reforço de provisões	55 288,00
Utilização da provisão	-89 913,67
Saldo final	808 934,46

Em 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se abrangidos por este plano 92 empregados no ativo.

A provisão em 31 de Dezembro de 2012 no montante de 808.934,46 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

20 Capital Próprio

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2012, o Resultado do Exercício de 2011 teve a seguinte aplicação:

- Fundo Social – (2.814.671,07) Euros
- Ajustamentos de Partes de Capital – 503.380,13 Euros

20.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	2012	2011
Ajustamentos de transição	1 081 792,33	1 081 792,33
Lucros não atribuídos	1 242 221,43	1 277 003,65
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(528 434,53)	(528 434,53)
Total	1 795 579,23	1 830 361,45

Os ajustamentos em partes de capital em associadas do exercício foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
ACP Serviços de Assistência	31 444,78	(15 722,39)		15 722,39
ACP Viagens	(295 308,76)			(295 308,76)
ACP Mobilidade	417 688,00	(197 338,56)		220 349,44
ACP Motorsport	50 202,89	(25 101,40)		25 101,49
Villas Boas ACP	320 863,22	(300 000,00)		20 863,22
ACP Comunicações	(21 510,00)			(21 510,00)
	503 380,13	(538 162,35)	0,00	(34 782,22)

21 Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 66ºA)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 66ºA do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi de 24 175,00 Euros, dos quais 13 375,00 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 10 800,00 Euros a serviços de consultoria fiscal.

22 Outras contas a receber/pagar e diferimentos

22.1 Outras contas a receber

	2012	2011
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Rendimentos associados a provas desportivas	368 630,00	0,00
- Proveitos financeiros	21 440,97	32 530,02
- Outros Rendimentos	37 608,16	16 678,44
	427 679,13	49 208,46
Outras contas a receber		
- Empresas do grupo	215 564,16	284,00
- Pessoal	16 245,09	20 621,27
- Outros	44 238,34	41 015,49
	276 047,59	61 920,76
Total	703 726,72	111 129,22

22.2 Outras contas a pagar

	2012	2011
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1 048 189,60	1 046 842,97
- Gastos associados a provas desportivas	178 390,48	43 722,51
- Comissões 2012	35 289,79	33 613,68
- Encargos financeiros	853,48	2 294,61
- Outros gastos	92 809,53	61 721,57
	1 355 532,88	1 188 195,34
Outras contas a pagar		
- Empresas do grupo	340 983,00	3 236,91
- Fornecedores de Investimentos	102 636,23	564 030,60
- Recebimentos por conta	63 538,96	39 215,21
- Entidades oficiais	29 730,48	34 830,81
- Outros	88 517,40	107 396,20
	625 406,07	748 709,73
Total	1 980 938,95	1 936 905,07

22.3 Diferimentos

	2012	2011
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	107 539,29	110 536,53
- Gastos associados a provas desportivas	40 226,33	32 524,71
- Rendas	33 315,33	32 432,78
- Gastos plurienais	4 801,70	20 095,70
- Comissões angariação sócios	24,53	36 072,71
- Outros gastos diferidos	68 607,70	100 816,24
	254 514,88	332 478,67
Diferimentos (Passivo)		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 610 001,42	2 862 103,90
- Outros rendimentos	0,00	6 515,00
	2 610 001,42	2 868 618,90

23 Saldos com o estado e outros entes públicos

	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	48 157,19	-	46 614,03	-
Retenções efectuados S/ IR	-	89 275,56	-	79 369,13
IVA	-	136 907,56	239 511,10	39 065,35
Contribuições para a Segurança Social	-	128 266,68	-	90 227,74
Outros Impostos	-	-	1 061,77	-
	48 157,19	354 449,80	287 186,90	208 662,22

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social.

24 Fornecimentos e Serviços Externos

	2012	2011
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Bases de Pronto Socorro	5 114 618,13	5 429 125,71
- Trabalhos Especializados	2 485 462,91	3 636 186,39
- Publicidade e Propaganda	1 363 056,04	1 325 348,14
- Rendas e Alugueres	1 182 116,54	1 108 997,19
- Deslocações e Estadas	1 007 511,89	1 067 567,86
- Vigilância e Segurança	896 352,48	653 518,13
- Comunicação	834 258,47	1 186 536,78
- Seguros	728 182,57	781 335,06
- Conservação e Reparação	499 417,96	472 702,85
- Honorários	375 063,63	361 549,62
- Serviços de preparação revista e guia	293 704,49	378 509,69
- Eletricidade	233 403,29	200 809,73
- Serviços de limpeza	201 994,50	217 126,00
- Outros subcontratos para os sócios	186 616,39	187 314,68
- Combustíveis	151 151,03	140 172,90
- Outros	517 502,25	442 357,67
	16 070 412,57	17 589 158,40

41

25 Fornecimentos e Serviços Externos

	2012	2011
Gastos com o Pessoal		
Remunerações	5 695 208,96	5 613 583,24
Encargos	1 134 045,87	1 056 363,38
Benefícios pós-emprego	91 285,61	144 088,71
Seguros de grupo	47 228,69	37 283,64
Formação Profissional	46 846,45	41 401,13
Seguro de acidentes trabalho	40 907,24	39 670,19
Indemnizações	6 073,96	7 652,89
Outros	68 454,49	61 241,96
	7 130 051,27	7 001 285,14

Durante o exercício de 2012 o ACP teve ao seu serviço, em média, 235 pessoas. Em 2011 tinha ao seu serviço 231 pessoas.

O ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 19.

26 Outros

26.1 Outros rendimentos e ganhos

	2012	2011
Outros rendimentos e Ganhos		
Correções relativas a Exerc. Anteriores	64 554,67	144 649,65
Rendimentos suplementares	29 940,76	55 212,53
Rend. e ganhos em invest. não financ.	8 944,80	119 550,48
Ganhos em inventários	7 353,21	41 876,60
Restituição de Impostos	0,00	384 208,78
Outros	9 134,49	7 104,99
	119 927,93	752 603,03

26.2 Outros gastos e perdas

	2012	2011
Outros gastos e perdas		
Gastos da área desportiva	315 559,22	295 632,19
Serviços bancários	239 831,13	198 976,33
Ofertas a amostras de inventários	49 443,93	88 931,13
Quotizações	69 545,60	56 678,93
Correções relativas a Exerc. Anteriores	44 995,75	44 243,50
Donativos	123 000,00	3 050,00
Perdas em inventários	3 851,13	38 141,41
Impostos	55 879,88	34 785,32
Perdas anulação resp. ben. pós emprego	55 288,00	0,00
Outros	49 590,71	32 357,54
	1 006 985,35	792 796,35

27 Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
Santander Totta - processo judicial	200 000,00
BES - processo judicial	3 823 328,70
BPI - aluguer de instalações	137 955,60
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
	4 181 251,16

A garantia solicitada ao BES, no âmbito de um processo judicial, encontra-se já cancelada.

28 Acontecimentos após a data do Balanço:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de Março de 2013 na reunião da Direção do ACP.

Após essa data apenas a Assembleia Geral tem poder para alterar as mesmas.

O Diretor Financeiro

A Direção

André Veloso Ferreira dos Santos (TOC nº 74174)

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 32.375.666 euros e um total de capital próprio de 16.915.577 euros, incluindo um resultado líquido de 436.869 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 20 de Março de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)

PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, a Comissão Revisora de Contas acompanhou a atividade do ACP, durante o exercício de 2012, expressa de forma clara e detalhada no relatório de gestão da Direção.

A Comissão Revisora de Contas apreciou a apresentação das contas individuais e consolidadas e o relatório consolidado de gestão, tendo para o efeito examinado igualmente o Relatório dos Auditores Externos.

Nestes termos a Comissão Revisora é de parecer que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os demais documentos de prestação de contas, estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e patrimonial do Club.

Assim propomos que sejam aprovados:

1. O relatório de gestão e as contas individuais, bem como as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2012, apresentado pela Direção;

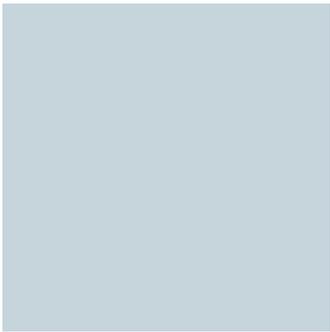
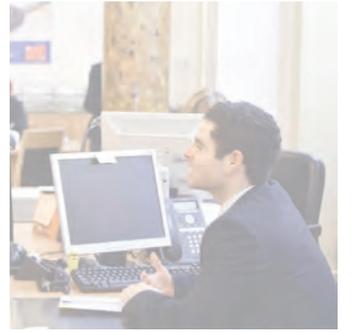
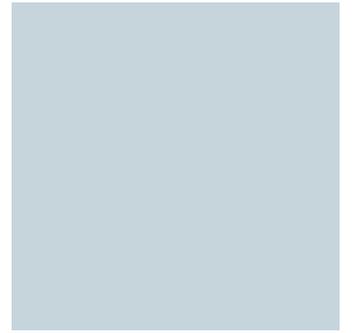
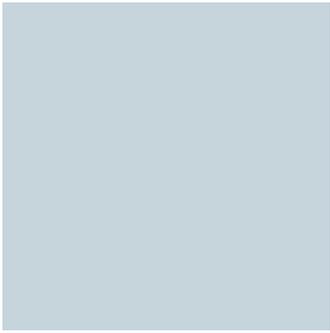
2. A proposta de Direção quanto à aplicação de resultados:

Fundo Social:	€ -72.848,95
Ajustamentos de partes de capital:	€ 509.717,68
TOTAL:	€ 436.868,73

Lisboa, 18 de Março de 2013

Manuel Alfredo da Cunha José de Mello (Presidente)
António Maria da Silva Ferreira Nunes (Vice-Presidente)
Frederico Carvalhosa Mendes de Almeida (Vogal)
Alice Eugénia de Bettencourt Conceição Rodrigues Reis (Vogal)
Vasco Guedes Corrêa Mendes (Vogal)





AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL

CONTAS CONSOLIDADAS

2012

Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	8; 10.1	12 186 127,54	13 248 016,31
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	11 244 000,00	12 186 638,04
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	18.3	191 707,42	221 605,54
		23 621 834,96	25 656 259,89
Ativo Corrente			
Inventários	13	566 102,95	625 681,29
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	11; 19	2 245 779,57	2 682 726,93
Adiantamentos a fornecedores	19	79 148,33	73 763,02
Estado e outros entes públicos	24	200 326,42	635 819,07
Acionistas/sócios	11; 19	374 096,67	301 702,59
Outras contas a receber	11; 19; 23.1	567 161,83	241 872,37
Diferimentos	19; 23.3	355 941,77	500 259,68
Ativos financeiros detidos para negociação	19	2 289,67	1 479,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	9	0,00	199 000,00
Caixa e depósitos bancários	4; 19	5 373 599,27	4 130 230,42
		9 764 446,48	9 392 534,37
Total do Ativo		33 386 281,44	35 048 794,26
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	21	15 152 597,12	17 530 126,28
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros	21.1	1 260 836,62	1 239 973,40
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		451 993,72	(2 356 665,94)
		16 865 427,46	16 413 433,74
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		16 865 427,46	16 413 433,74
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões	15	558 427,81	2 147 203,53
Financiamentos obtidos	19	2 325 296,60	2 592 871,52
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	908 981,45	977 550,48
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	187 792,71
		3 792 705,86	5 905 418,24
Passivo corrente			
Fornecedores	19	3 052 756,92	2 910 364,58
Adiantamentos de clientes	19	768 630,19	1 227 089,04
Estado e outros entes públicos	24	764 497,40	574 102,40
Acionistas/sócios		1 091 426,98	0,00
Financiamentos obtidos	19	263 181,35	262 439,50
Outras contas a pagar	19; 23.2	3 434 973,90	3 909 973,07
Diferimentos	19; 23.3	3 352 681,38	3 845 973,69
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		12 728 148,12	12 729 942,28
Total do Passivo		16 520 853,98	18 635 360,52
Total do Capital Próprio e do Passivo		33 386 281,44	35 048 794,26

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Vendas e serviços prestados	14	29 538 270,84	31 816 403,47
Subsídios à exploração	14; 16	1 398 103,26	970 000,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12	468 759,89	320 863,22
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13	(563 659,69)	(655 039,32)
Fornecimentos e serviços externos	25	(15 844 686,24)	(17 525 257,36)
Gastos com o pessoal	20; 26	(12 486 619,71)	(13 237 529,92)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	0,00	(20 745,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(205 665,89)	(208 904,12)
Provisões (aumentos/reduções)	15.1	1 588 877,72	(2 134 785,58)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	12	(1 111 397,93)	(4 831,71)
Aumentos/reduções de justo valor	19.1	56,23	(4 583,69)
Outros rendimentos e ganhos	27.1	434 912,00	922 137,07
Outros gastos e perdas	27.2	(1 274 029,27)	(1 054 880,06)
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		1 942 921,21	(817 153,58)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(1 413 713,90)	(1 430 314,18)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		529 207,31	(2 247 467,76)
Juros e rendimentos similares obtidos	14	205 819,63	188 942,53
Juros e gastos similares suportados		(44 141,75)	(60 174,81)
Resultado Antes de Impostos		690 885,19	(2 118 700,04)
Imposto sobre o rendimento do período	18	(238 891,47)	(237 965,90)
Resultado Líquido do Período		451 993,72	(2 356 665,94)

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe				
		Capital Realizado	Acções (Quotas Próprias)	Outros Instru de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais
Posição no Início do Período de 2011 (1)		18 691 460,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(1 161 334,67)				
(2)		(1 161 334,67)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)						
Resultado Integral (4=2+3)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2011 (6=1+2+3+5)		17 530 126,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Início do Período de 2012 (6)		17 530 126,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no Período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização excedente revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis						
Exced.reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		(2 377 529,16)				
(7)		(2 377 529,16)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (8)						
Resultado Integral (9=7+8)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realizações de capital						
Realizações de prémios de emissão						
Distribuições						
Outras operações						
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período de 2012 (6+7+8+10)		15 152 597,12	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração dos Resultados por Funções do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Vendas e serviços prestados		29 440 451,84	31 816 403,47
Custo das vendas e dos serviços prestados		(23 829 708,50)	(25 472 692,24)
Resultado Bruto		5 610 743,34	6 343 711,23
Outros rendimentos		4 349 096,85	2 498 688,15
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		(6 483 018,12)	(7 343 923,57)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(2 739 270,86)	(3 553 803,37)
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		737 551,21	(2 055 327,56)
Gastos de financiamento (líquidos)		(46 666,02)	(63 372,48)
Resultados Antes de Impostos		690 885,19	(2 118 700,04)
Imposto sobre o rendimento do período	18	(238 891,47)	(237 965,90)
Resultado Líquido do Período		451 993,72	(2 356 665,94)

Outras Reservas	Resultados Transit	Ajustam em Activos Financ	Excedentes de Revaloriz	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minorit	Total do Capital Próp
0,00	0,00	(1 346,62)	0,00	0,00	135 876,66	18 825 990,99		18 825 990,99
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
		1 241 320,02			(135 876,66)	(55 891,31)		(55 891,31)
0,00	0,00	1 241 320,02	0,00	0,00	(135 876,66)	(55 891,31)	0,00	(55 891,31)
					(2 356 665,94)	(2 356 665,94)		(2 356 665,94)
				0,00	(2 492 542,60)	(2 492 542,60)	0,00	(2 492 542,60)
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	1 239 973,40	0,00	0,00	(2 356 665,94)	16 413 433,74	0,00	16 413 433,74
0,00	0,00	1 239 973,40	0,00	0,00	(2 356 665,94)	16 413 433,74	0,00	16 413 433,74
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
		20 863,22			2 356 665,94	(0,00)		(0,00)
0,00	0,00	20 863,22	0,00	0,00	2 356 665,94	(0,00)	0,00	(0,00)
					451 993,72	451 993,72		451 993,72
				0,00	2 808 659,66	2 808 659,66	0,00	2 808 659,66
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
						0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	1 260 836,62	0,00	0,00	451 993,72	16 865 427,46	0,00	16 865 427,46

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (valores em Euros)

Rubricas	Notas	Datas	
		31/Dez/12	31/Dez/11
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo			
Recebimentos de clientes		28 446 683,06	32 058 544,94
Pagamentos a fornecedores		(16 067 237,14)	(19 708 664,82)
Pagamentos ao pessoal		(12 544 609,44)	(13 014 335,20)
Caixa Gerada pelas Operações		(165 163,52)	(664 455,08)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		26 487,96	(318 411,16)
Outros recebimentos/pagamentos		1 997 952,33	610 721,53
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		1 859 276,77	(372 144,71)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1 000 166,97)	(373 807,91)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		(754,44)	(6 536,71)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		29 004,14	167 456,36
Activos intangíveis		13 586,64	1 680,00
Investimentos financeiros		149 000,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		174 364,80	156 989,78
Juros e rendimentos similares		300 000,00	250 000,00
Dividendos			
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(334 965,83)	195 781,52
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		(48 143,85)	(67 614,60)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		(232 798,24)	(230 719,24)
Fluxos de caixa das Actividades de Financiamento (3)		(280 942,09)	(298 333,84)
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		1 243 368,85	(474 697,03)
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Efeito da alteração no perímetro de consolidação			
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		4 130 230,42	4 604 927,45
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		5 373 599,27	4 130 230,42

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

1 Identificação da Entidade

O ACP – Automóvel Club de Portugal (adiante designado por ACP) é uma pessoa coletiva de utilidade pública (NIPC 500700800), fundada em 1903, tendo como objeto estatutário a promoção e o desenvolvimento do automobilismo e do turismo, sobretudo no que respeita à defesa dos interesses dos seus associados e em todos os campos relacionados com aqueles objetivos.

O ACP tem sede na Rua Rosa Araújo, 24, 1250-195 Lisboa.

Constituem receitas do ACP, essencialmente, as joias e as quotas pagas pelos sócios, as quais têm como contrapartida a utilização de bens e serviços que o ACP proporciona aos seus associados em todos os campos relacionados com os objetivos acima referidos, incluindo a prestação de serviços de assistência em viagem, os quais são essencialmente prestados pela ACP Serviços de Assistência, Lda.

Todos os valores apresentados são expressos em euro.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com a Estrutura Concetual do SNC ao abrigo do Aviso nº 15652/2009 de 7 de Setembro (DR nº 173, II série) e com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) ao abrigo do DL 158/2009, de 13 de Julho. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros e, foram preparadas segundo os pressupostos da continuidade das operações e em conformidade com o regime de acréscimo, tendo em conta as seguintes características qualitativas: compreensibilidade; relevância; materialidade; fiabilidade; representação fidedigna; da substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

3 Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Direção formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Bases de Consolidação

As empresas do grupo ou subsidiárias são consolidadas pelo método de consolidação integral. São consideradas empresas do grupo as empresas controladas pelo ACP. Existe controlo quando o ACP tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma. Pressupõe-se a existência de controlo quando a participação direta ou indireta é superior a 50% ou quando o ACP tem o poder de designar mais de metade dos membros do órgão de gestão ou quando o ACP tem mais de metade dos direitos de voto.

As empresas associadas são consolidadas através do método da equivalência patrimonial. São consideradas empresas associadas aquelas em que o ACP exerça uma influência significativa e que não são consideradas empresas subsidiárias. Pressupõe-se a existência de influência significativa quando a participação do ACP, direta ou indireta é superior a 50%.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, com exceção dos mencionados no parágrafo seguinte, encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das

respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF o ACP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7. Os ativos adquiridos até 31 de Dezembro de 1998 foram reavaliados de acordo com as disposições legais em vigor. Nos exercícios seguintes às reavaliações do seu imobilizado, através da aplicação da respetiva disposição legal foi transferida a totalidade do valor da reserva de reavaliação para o Fundo Social.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o ACP.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O ACP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta, por referência ao início do exercício em que os bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais nos termos do Decreto-Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens, com exceção dos veículos utilizados no ensino da condução, os quais têm um período de vida útil de 8 anos e um valor residual correspondente a 10% do respetivo valor de aquisição.

As depreciações são calculadas sobre as quantias depreciáveis que correspondem ao custo do ativo deduzido do respetivo valor

	Taxas			Vida Útil		
Edifícios e outras construções	1,25%	-	20%	5 anos	-	80 anos
Equipamento básico	12,5%	-	20%	5 anos	-	10 anos
Equipamento de transporte	12,5%	-	25%	4 anos	-	8 anos
Ferramentas e utensílios	20%	-	25%	4 anos	-	5 anos
Equipamento administrativo	12,5%	-	33,33%	3 anos	-	8 anos

residual. As taxas de depreciação mais relevantes são as seguintes: O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

São classificados como ativos fixos tangíveis os ativos subjacentes aos contratos de locação financeira, nos quais se verifique a transferência para o locatário de todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

c) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O ACP também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

d) Locações

São consideradas locações financeiras, todas aquelas em que ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo, independentemente do seu título de propriedade ser ou não transferido.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

As rendas são compostas pelo encargo financeiro que é registado como gasto do período e pela amortização financeira que é

deduzida ao passivo pendente.

Se não houver certeza razoável de que o ACP obtenha a propriedade no fim do prazo da locação é utilizado o período de vida útil mais curto entre o prazo de locação e a vida útil expectável para um bem com as mesmas características, caso contrário são utilizados os períodos de vida útil mencionados na alínea a) acima.

São consideradas locações operacionais, aquelas em que não ocorra uma transferência substancial para o locatário dos riscos e vantagens inerentes à posse de um determinado ativo.

Os pagamentos associados às locações operacionais são registados como gastos do período e reconhecidos numa base sistemática e linear durante o prazo da locação.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos numa base de acréscimo durante o período a que respeitam e incluem no caso do ACP juros de empréstimos de médio e longo prazo obtidos e encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a alínea anterior, elaborada nos termos da NCRF 9 – Locações.

f) Imparidade de Ativos

O ACP avalia anualmente a possibilidade de algum dos seus ativos ou da unidade geradora de caixa onde o ativo está inserido poder estar com imparidade.

Caso se confirme a situação de imparidade, ou seja a situação em que a quantia escriturada é superior à quantia recuperável, a quantia escriturada é reduzida até ao valor da quantia recuperável.

A quantia recuperável é a quantia mais alta entre o justo valor de um ativo menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O justo valor de um ativo e o seu valor de uso, quer no caso dos ativos fixos tangíveis, quer no caso de *goodwill* são apurados com base nos fluxos de caixa futuros descontados para o período de referência.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes, sócios e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos e de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis ou de *goodwill* são revertidas caso se verifiquem alterações nas estimativas utilizadas na determinação da quantia recuperável. As perdas por imparidade de contas a receber são revertidas caso se verifique o efetivo pagamento da dívida ou caso o devedor demonstre capacidade e vontade de liquidação dos valores em dívida.

g) Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o ACP adquire a influência significativa direta ou indireta até ao momento em que a mesma termina, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o ACP, caso em que seria usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o ACP tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o ACP exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

h) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O ACP reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito das quotas de sócio é reconhecido durante os exercícios a que as mesmas correspondem. O rédito das joias é reconhecido no momento da sua faturação. O valor do diferimento é apurado recorrendo a estimativas efetuadas através da base de dados dos sócios das quotas emitidas em 2012, mas que abrangem uma parte do ano de 2013. O valor apurado é diferido não sendo reconhecido o respetivo rédito no exercício.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser estimado com fiabilidade. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com as vendas de viagens é registado pela margem no caso das viagens não exclusivas e pelo grosso no caso das viagens exclusivas.

O rédito relativo aos contratos de assistência referente aos contratos de prestação de serviços existentes com as marcas automóveis é reconhecido ao longo do período de garantia de pós-venda de cada marca, apesar de a faturação ocorrer no momento da venda do veículo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os juros relativos a empréstimos concedidos são registados numa base de acréscimo durante os períodos a que dizem respeito.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões sempre que exista uma obrigação (legal ou implícita) presente como resultado de um acontecimento passado, da qual seja provável que resulte uma necessidade de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e que a mesma possa ser estimada com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

As estimativas realizadas, designadamente as relacionadas com os processos em contencioso, são efetuadas com o apoio de especialistas internos ou consultores externos, contudo a revisão das mesmas pode afetar de forma significativa os resultados futuros.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k) Subsídios à exploração

Correspondem, essencialmente, aos subsídios de entidades oficiais, no âmbito da organização de provas desportivas de automobilismo a cargo do ACP, cujo valor é registado como rendimento quando é estabelecido o direito ao respetivo recebimento.

l) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do ACP e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do ACP, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do ACP (ver nota 18).

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas

à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

m) Instrumentos financeiros

A entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Os instrumentos financeiros caixa ou equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, acréscimos e diferimentos são mensurados ao custo.

Os empréstimos bancários são mensurados ao custo quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

Os investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente são mensurados ao justo valor.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

n) Benefícios dos empregados

Em complemento aos benefícios concedidos pelo regime de Segurança Social, os empregados do ACP admitidos até 1 de Março

de 1992 beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma. Este plano pressupõe que cada participante terá direito, à data normal de reforma (65 anos), a uma pensão de reforma mensal, pagável 13 vezes ao ano, calculada segundo uma fórmula definida pelo plano.

O complemento de reforma existente no ACP corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

As responsabilidades do ACP com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O ACP reconhece como um gasto, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, e (iv) o efeito das reformas antecipadas.

o) Acréscimo de rendimentos

Os acréscimos de rendimentos correspondem à especialização de valores faturados em 2013, mas que dizem respeito a 2012, designadamente comissões ao abrigo de contratos com outras entidades, contratos de assistência em viagem e juros de depósitos a prazo.

p) Acréscimo de gastos - Encargos com férias e subsídios de férias

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, subsídio de férias e os respetivos encargos a pagar são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de acréscimos de gastos, independentemente da data do respetivo pagamento.

q) Diferimentos

Os diferimentos resultam de encargos suportados com a melhoria de instalações arrendadas, reconhecidos pelo período esperado de arrendamento (três a dez anos), de rendimentos e gastos suportados em 2012 relativos a provas desportivas a realizar em 2013 e de outras despesas suportadas antecipadamente, nomeadamente com rendas das delegações, seguros e comissões de angariação de sócios cujo rédito apenas será reconhecido em 2013 e com comissões pagas à entidade gestora dos contratos europeus de assistência às marcas, mas que abrangem o ano de 2013. Os diferimentos de gastos correspondem ainda aos valores dos seguros de assistência em viagem no estrangeiro contratados pela empresa para fazer face ao risco inerente aos contratos de assistência no período de garantia. Este gasto é reconhecido de acordo com o período a que a apólice de seguro diz respeito.

Encontram-se registados como diferimentos de rendimentos as quantias das quotas emitidas em 2012, mas cuja validade é superior a 31 de Dezembro de 2012.

Os diferimentos de rendimentos são ainda compostos pelos valores já recebidos em contratos de assistência em viagem às marcas onde a contraprestação é recebida no início do período de garantia, embora o rédito seja reconhecido de forma linear pelo período de garantia dos veículos abrangidos pelo contrato em causa.

r) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo ACP e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo ACP é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo ACP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do ACP e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O ACP determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem

a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do ACP.

b) Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

c) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

d) Imparidade dos ativos não correntes e Goodwill

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O ACP revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no *goodwill* resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macroeconómicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão. O *goodwill* em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e do *goodwill* pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do ACP.

e) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo ACP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e

julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

f) Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo ACP, durante um período de quatro a seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010 e cinco nos prejuízos gerados em 2012), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do ACP, de que não existirão correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções do ACP, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

g) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do ACP situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa:

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O ACP classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se como se segue:

	2012	2011
Caixa	72 364,79	59 775,21
Depósitos à Ordem	1 300 731,88	843 953,19
Depósitos a Prazo	4 000 502,60	3 226 502,02
	5 373 599,27	4 130 230,42

A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Os depósitos a prazo estão disponíveis para uso, garantindo a sua mobilização imediata apenas com a perda dos juros vencidos. Do total de 4 000 502,60 euros dos depósitos a prazo, está afeto às provisões não-técnicas (ACP Mobilidade), o valor de 1.150.000 euros

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não existem alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6 Consolidação

6.1 Perímetro de Consolidação

Empresa participada	Participação directa / indirecta	Método de Consolidação
ACP Serviços de Assistência	100,00%	Integral
ACP Motorsport	100,00%	Integral
ACP Viagens e Turismo	100,00%	Integral
ACP Mobilidade	100,00%	Integral
ACP Comunicações	100,00%	Integral
Villas Boas ACP	50,00%	Equivalência patrimonial

6.2 Plano de contas do setor segurador

As demonstrações financeiras da ACP Mobilidade foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas para o Setor Segurador, bem como de acordo com as IFRS aprovadas pela UE em vigor nessa data, que incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Para efeitos da sua consolidação nas contas consolidadas do Grupo ACP foram as mesmas convertidas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Em termos das principais rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados o quadro seguinte sintetiza a conversão efetuada:

ACP Mobilidade	ACP Consolidado
Activo	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	Caixa e depósitos bancários
Outros depósitos	Caixa e depósitos bancários
Terrenos e edifícios de rendimento	Propriedades de investimento
Outros ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis
Contas a receber por operações de seguro direto	Clientes
Contas a receber por outras operações de resseguro	Clientes
Contas a receber por outras operações	Outras contas a receber
Ativos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Passivo	
Provisão para prémios não adquiridos	Diferimentos
Provisão para sinistros	Outras contas a pagar (acréscimos de gastos)
Outros passivos financeiros - passivos subordinados	Empréstimos obtidos
Contas a pagar por operações de seguro direto	Fornecedores
Contas a pagar por outras operações	Outras contas a pagar
Passivos por impostos correntes	Estado e outros entes públicos
Acréscimos e diferimentos	Outras contas a receber/Diferimentos
Rendimentos	
Prémios brutos emitidos	Vendas e serviços prestados
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Vendas e serviços prestados
Custos com sinistros, líquidos de resseguro - montantes brutos	Fornecimentos e Serviços Externos
Provisão para sinistros (variação)	Fornecimentos e Serviços Externos
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	Juros e rendimentos similares obtidos

Foram excluídas as rubricas que não apresentam valores após os ajustamentos de consolidação.

7 Partes relacionadas

As transações realizadas entre o Grupo ACP e as suas partes relacionadas são realizadas a preços de mercado.

Os rendimentos correspondem essencialmente a comissões e os gastos aos seguros do grupo.

i. Empresas associadas

	Transacções	
	Rend. Op.	Gastos Op.
Villas Boas ACP	-	199 599,18
ACP Seguros	481 978,43	11 678,90
	481 978,43	211 278,08

	Saldos		
	Clientes	Ad. Clientes	Outras contas rec./pagar
Villas Boas ACP	-	-	(10 178,16)
ACP Seguros	429,11	(690 391,34)	(260,10)
	429,11	(690 391,34)	(10 438,26)

ii. Pessoal-chave da gestão

As remunerações globais dos órgãos de gestão das empresas do grupo são as seguintes:

	2012	2011
Remunerações	251 115,08	256 748,05
Encargos Sociais	33 654,02	33 678,27
Outros encargos	5 679,68	5 116,81
	290 448,78	295 543,13

Em ambos os exercícios as remunerações dizem respeito a 3 elementos dos órgãos de gestão de empresas do grupo. Um dos elementos de um dos órgãos de gestão integra o plano complementar de pensões atribuído a trabalhadores admitidos antes de 1992.

8 Ativos fixos tangíveis:

	Início do Período			Final do Período		
	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo	Quantia Escriturada Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Saldo
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89		1 608 890,89	1 608 890,89		1 608 890,89
Edifícios e outras construções	20 730 254,91	10 283 710,36	10 446 544,55	20 777 914,66	11 200 463,74	9 577 450,92
Equipamento básico	2 894 061,87	2 640 215,75	253 846,12	3 107 113,41	2 776 585,30	330 528,11
Equipamento de transporte	2 390 451,79	1 979 069,26	411 382,53	2 399 151,79	2 111 940,45	287 211,34
Equipamento administrativo	7 087 575,65	6 738 227,78	349 347,87	7 215 273,55	6 919 368,40	295 905,15
Investimentos em Curso	178 004,35		178 004,35	86 141,13		86 141,13
	34 889 239,46	21 641 223,15	13 248 016,31	35 194 485,43	23 008 357,89	12 186 127,54

58

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Trs. e Abates	Depreciações	Reversões de Depreciações	Regularizações	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e Recursos Naturais	1 608 890,89							1 608 890,89
Edifícios e outras construções	10 446 544,55	47 659,75			(930 186,34)		13 432,96	9 577 450,92
Equipamento básico	253 846,12	213 080,14		(28,60)	(160 437,95)		24 068,40	330 528,11
Equipamento de transporte	411 382,53	8 700,00			(132 871,19)			287 211,34
Equipamento administrativo	349 347,87	141 453,91	(13 053,74)	(702,27)	(190 218,42)		9 077,80	295 905,15
Investimentos em Curso	178 004,35			(43 255,00)			(48 608,22)	86 141,13
	13 248 016,31	410 893,80	(13 053,74)	(43 985,87)	(1 413 713,90)	0,00	(2 029,06)	12 186 127,54

Os ativos nos seguintes montantes estão dados como garantia de cumprimento de passivos, nas formas apresentadas:

	Quantia Escriturada Bruta	Garantias de Passivos
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	6 356 734,77	Hipoteca
Equipamento básico	27 221,51	Reserva de Propriedade
Equipamento de transporte	247 350,21	Reserva de Propriedade
	6 631 306,49	

O valor da hipoteca está limitado ao capital em dívida, acrescido de eventuais juros e despesas.

A 31 de Dezembro de 2012, o grupo ACP possui 274.572 euros de Ativos Fixos Tangíveis em regime de locação financeira (ver nota 10.1).

9 Ativos não correntes detidos para venda

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf.	Saldo Final
Edifícios	221 269,21		221 269,21		0,00
Imparidades Acumuladas	(22 269,21)		(22 269,21)		0,00
	199 000,00	0,00	199 000,00	0,00	0,00

O valor da alienação apresentada corresponde a um imóvel sito no Funchal, cuja escritura de venda foi realizada no dia 4 de Janeiro de 2012.

10 Locações

10.1 Locações financeiras

	Valor de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Locações Financeiras			
Equipamento básico	27 221,51	16 332,92	10 888,59
Equipamento de transporte	247 350,21	160 924,53	86 425,68
	274 571,72	177 257,45	97 314,27

	Menor 1 Ano		Entre 1 e 5 Anos		Maior 5 Anos		Total	
	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Valor Presente
Locações Financeiras								
Equipamento básico	5 943,13	5 793,72					5 943,13	5 793,72
Equipamento de transporte	57 578,77	56 131,28	105 354,88	94 915,43			162 933,65	151 046,71
	63 521,90	61 925,01	105 354,88	94 915,43	0,00	0,00	168 876,78	156 840,44

Todas as locações financeiras têm opção de compra no final do contrato através do pagamento do Valor Residual.

A taxa de atualização utilizada para o cálculo dos valores presentes, foi de 5,224%, correspondente à taxa *swap* para operações de maturidade similar (0,724%) acrescida de um *spread* de 4,5%, de acordo com as taxas de mercado.

10.2 Locações operacionais

Pagamentos Mínimos Futuros	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Locações Operacionais				
Viaturas	215 991,38	303 599,27	-	519 590,65
	215 991,38	303 599,27	0,00	519 590,65

11 Imparidade de ativos

As contas apresentadas no quadro seguinte apresentam situações de imparidade:

Contas a Receber	2012	2011
Valor Bruto		
- Clientes	3 064 340,55	3 400 498,01
- Sócios	395 758,64	339 048,99
- Estado e outros entes públicos	252 687,92	635 819,07
- Outros Devedores	591 178,83	269 399,39
Total	4 303 965,94	4 644 765,46
Imparidades totais		
- Clientes	818 560,98	717 771,08
- Sócios	21 661,97	37 346,40
- Estado e outros entes públicos	52 361,50	0,00
- Outros Devedores	24 017,00	27 527,02
Total	916 601,45	782 644,50
Valor Líquido		
- Clientes	2 245 779,57	2 682 726,93
- Sócios	374 096,67	301 702,59
- Estado e outros entes públicos	200 326,42	635 819,07
- Outros Devedores	567 161,83	241 872,37
Total	3 387 364,49	3 862 120,96

O quadro seguinte apresenta os movimentos nas imparidades acima referenciadas:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Contas a Receber					
- Clientes	717 771,08	203 071,70	(43 099,88)	(59 181,92)	818 560,98
- Sócios	37 346,40		(15 684,43)		21 661,97
- Estado e outros entes públicos	0,00	52 361,50			52 361,50
- Outros Devedores	27 527,02	9 017,00		(12 527,02)	24 017,00
	782 644,50	264 450,20	(58 784,31)	(71 708,94)	916 601,45

12 Investimentos em associadas

O ACP detém uma participação de 50% na empresa Villas Boas ACP, a qual se encontra apresentada nos quadros seguintes:

	Investimentos Financeiros		% de Participação Directa	% de Participação Indirecta
	2012	2011		
Partes de capital em empresas associadas				
Villas Boas ACP, Lda (Met. Eq. Patrimonial)	2 926 552,65	2 757 792,76	50,00%	0,00%
Villas Boas ACP, Lda (<i>goodwill</i>)	8 317 447,35	9 428 845,28	50,00%	0,00%
Total	11 244 000,00	12 186 638,04	50,00%	0,00%

	Informação Financeira					Ano
	Activo Total	Passivo Total	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Volume Negócios	
Villas Boas ACP, Lda	22 906 608,74	17 053 503,44	5 853 105,30	937 519,78	5 980 132,58	2012

O movimento nas imparidades em investimentos em associados foi como se segue:

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Investimentos Financeiros					
- Em Subsidiárias	00,00	1.111.397,93			1.111.397,93
	00,00	1.111.397,93	00,00	00,00	1.111.397,93

13 Inventários:

Descrição	2012	2011
Mercadorias	685 092,13	720 677,68
Matérias-primas	7 693,22	33 289,67
	692 785,35	753 967,35
Imparidades do período	1 603,66	(20 745,58)
Imparidades de períodos anteriores	(128 286,06)	(107 540,48)
	(126 682,40)	(128 286,06)
Total	566 102,95	625 681,29

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários				
- Mercadorias	93 012,40			93 012,40
- Produtos Acabados	1 603,66		(1 603,66)	0,00
- Matérias-Primas	33 670,00			33 670,00
	128 286,06	0,00	(1 603,66)	126 682,40

	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2012	2011	2012	2011
Existências iniciais	720 677,68	759 966,89	33 289,67	47 252,41
Compras	567 355,36	817 775,43	26 141,06	255 223,81
Regularização de existências	(39 281,22)	12 688,19	(27 020,92)	-
Existências finais	685 092,13	720 677,68	7 693,22	33 289,67
Custo do exercício	563 659,69	869 752,83	24 716,59	269 186,55

O custo do exercício compreende o custo das mercadorias vendidas, bem como os valores registados em fornecimentos e serviços externos relativos a consumíveis de escritório (matérias primas), os quais foram registados nas contas respetivas de material de escritório apesar da sua movimentação ser realizada a partir dos inventários.

14 Rédito

	2012	2011
Vendas	842 458,90	943 185,14
Prestações de serviços		
- Jóias e quotas dos sócios	14 560 899,10	14 601 293,51
- Contratos Tipo Pay Per Use	2 272 342,77	2 701 369,21
- Receitas de protocolos diversos	1 905 807,44	1 945 517,63
- Patrulhamento	1 769 895,18	1 701 616,01
- Receitas com patrocínios e publicidade	1 596 112,95	2 193 933,62
- Contratos Tipo Fee	1 078 015,15	1 187 724,38
- Centros de exames de condução	975 218,31	1 041 986,91
- Receitas de inscrições em provas desportivas	862 315,17	990 553,88
- Agência de Viagens	830 407,41	1 695 952,81
- Receitas com serviços de documentação	807 210,49	763 121,17
- Receitas com escolas de condução	509 480,16	540 163,28
- Prémios de Seguros	355 277,67	380 863,84
- Outros serviços prestados	1 172 830,14	1 129 122,08
	28 695 811,94	30 873 218,33
Subsídios à Exploração	1 398 103,26	970 000,00
Juros	205 819,63	188 942,53
	31 142 193,73	32 975 346,00

As principais reduções estão relacionadas com a diminuição de intervenções no âmbito dos contratos de assistência existentes entre o ACP Serviços e os seus clientes, com a diminuição das receitas de publicidade e com a redução dos serviços prestados pela agência de viagens.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

15.1 Provisões:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Provisões:					
- Provisões para processos judiciais em curso	2 147 203,53	261 251,23	102,00	(1 913 311,59)	495 245,17
- Provisões para garantias a clientes		63 182,64			63 182,64
	2 147 203,53	324 433,87	102,00	(1 913 311,59)	558 427,81

A Repsol Portuguesa, SA colocou uma ação de condenação com processo ordinário ao ACP por resolução unilateral de contrato sem fundamento legal ou contratual, a qual tinha um valor global de cerca de 5,3 milhões de euros.

O ACP foi condenado a pagar à Repsol, em 1ª instância, uma quantia máxima estimada, em função do racional então desenvolvido pelo tribunal, de 2.793.000 euros.

O ACP recorreu da condenação em 1ª instância, sendo, na altura, convicção da gestão que o ACP seria absolvido, contudo por questões de prudência decorrentes da condenação mencionada, constituiu uma provisão de 1.911.664,35 euros.

Em 2012, o ACP foi absolvido, quer pelo tribunal da relação, quer pelo Supremo Tribunal de Justiça de todas as acusações, tendo a decisão transitado em julgado, pelo que a respetiva provisão foi objeto de reversão.

As restantes provisões correspondem ao risco decorrente de ações do foro laboral interposta contra o ACP e o ACP Serviços de Assistência, Lda, bem como uma provisão para fazer face a serviços garantidos por uma empresa do grupo, no âmbito de uma prestação de serviços.

A Gestão considera que as provisões constituídas para os processos judiciais em curso refletem o risco máximo de perdas potenciais associadas aos litígios existentes à data do Balanço.

15.2 Passivos contingentes

O ACP está envolvido como réu em processos judiciais do foro laboral os quais envolvem o pedido de indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais. O ACP efetua provisões na medida do que entende serem os riscos que decorrem destas ações e que cobre, na maioria dos casos, os direitos vencidos, na convicção de que não terá de suportar quaisquer indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais.

16 Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios abaixo discriminados destinaram-se a apoiar a realização de provas desportivas e foram reconhecidos no exercício em que foram recebidos ou quando se verificaram as condições para o reconhecimento do rédito:

	2012	2011
Instituto Turismo Portugal	861 720,00	900 000,00
Instituto Português do Desporto e Juventude	500 000,00	0,00
Autarquias	20 000,00	70 000,00
Aut. Nacional Seg. Rodoviária	11 883,26	0,00
FIA - Federação Internacional do Automóvel	4 500,00	0,00
	1 398 103,26	970 000,00

17 Acontecimentos após a data do Balanço:

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 13 de Março de 2013 na reunião da Direção do ACP.

Após essa data apenas a Assembleia Geral tem poder para alterar as mesmas.

18 Impostos sobre o rendimento:

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o ACP configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários. Os rendimentos das restantes empresas incluídas no perímetro de consolidação estão sujeitos a IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam (dez anos para a Segurança Social, para exercícios até 2001 inclusive, cinco anos após 2001).

18.1 Imposto corrente

Imposto corrente	208 993,35
Dif. temp. originárias exercício	29 898,12
Imposto sobre o rend. do exercício	238 891,47

18.2 Reconciliação da taxa efetiva de imposto

Atendendo às particularidades do ACP mencionadas no ponto 18, a apresentação da reconciliação da taxa efetiva de imposto não pode ser realizada.

18.3 Impostos Diferidos

As empresas do grupo ACP apresentam diferenças temporárias decorrentes da apresentação de prejuízos fiscais, amortização de ativos reavaliados, de ajustamentos de dívidas a receber para além dos limites fiscais e de provisões não dedutíveis fiscalmente que resultariam na contabilização de ativos por impostos diferidos nos termos da NCRF 25. Nos casos em que é previsível a sua reversão as empresas do grupo contabilizam os respetivos impostos diferidos.

Impostos Diferidos	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Base das Dif. Temporárias – Provisões fisc. não ded.	135 751,49	120 357,61	39 343,13	216 765,97
Base das Dif. Temporárias – Perdas imparidade não dedutíveis	47 046,89	22 125,41		69 172,30
Base das Dif. Temporárias - Reporte prejuízos	692 655,88		228 920,76	463 735,12
Diferenças Temporárias totais	875 454,26	142 483,02	268 263,89	749 673,39
Imposto diferido	221 605,54	37 758,00	67 656,12	191 707,42

19 Instrumentos financeiros

2012	Mensuração	At. Fin. detidos p/ negociação	Empréstimos e contas a receber	Empréstimos e contas a pagar	Imparidades	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	2 289,67	5 373 599,27			5 375 888,94
Clientes Gerais	Custo		3 064 340,55		-818 560,98	2 245 779,57
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		0,00			0,00
Sub-total (clientes)		0,00	3 064 340,55	0,00	-818 560,98	2 245 779,57
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Accionistas (participante)	Custo					0,00
Sócios	Custo		395 758,64		-21 661,97	374 096,67
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	395 758,64	0,00	-21 661,97	374 096,67
Outras contas a receber (nota 23.1)	Custo		591 178,83		-24 017,00	567 161,83
Diferimentos (nota 23.3)	Custo		355 941,77			355 941,77
Total		2 289,67	9 780 819,06	0,00	-864 239,95	8 918 868,78
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			3 052 756,92		3 052 756,92
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			0,00		0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			0,00		0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	3 052 756,92	0,00	3 052 756,92
Adiantamento de Clientes	Custo			768 630,19		768 630,19
Empréstimos obtidos	Custo			2 588 477,95		2 588 477,95
Outras contas a pagar (nota 23.2)	Custo			3 434 973,90		3 434 973,90
Diferimentos (nota 23.3)	Custo			3 352 681,38		3 352 681,38
Total		0,00	0,00	13 197 520,34	0,00	13 197 520,34
2011						
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo/Justo Valor	1 479,00	4 130 230,42			4 131 709,42
Clientes Gerais	Custo		3 406 688,13		-723 961,20	2 682 726,93
Clientes-Empresas Subsidiárias	Custo		0,00			0,00
Clientes-Empresas Associadas	Custo		0,00			0,00
Sub-total (clientes)		0,00	3 406 688,13	0,00	-723 961,20	2 682 726,93
Empréstimos a participadas	Custo					0,00
Accionistas (participante)	Custo					0,00
Sócios	Custo		339 048,99		-37 346,40	301 702,59
Sub-total (accionistas/sócios)		0,00	339 048,99	0,00	-37 346,40	301 702,59
Outras contas a receber (nota 23.1)	Custo		269 399,39		-27 527,02	241 872,37
Diferimentos (nota 23.3)	Custo		500 259,68			500 259,68
Total		1 479,00	8 645 626,61	0,00	-826 181,02	7 858 270,99
Passivos						
Fornecedores Gerais	Custo			2 910 364,58		2 910 364,58
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	Custo			0,00		0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	Custo			0,00		0,00
Sub-total (fornecedores)		0,00	0,00	2 910 364,58	0,00	2 910 364,58
Adiantamento de Clientes	Custo			1 227 089,04		1 227 089,04
Empréstimos obtidos	Custo			2 855 311,02		2 855 311,02
Outras contas a pagar (nota 23.2)	Custo			3 909 973,07		3 909 973,07
Diferimentos (nota 23.3)	Custo			3 845 973,69		3 845 973,69
Total		0,00	0,00	14 748 711,40	0,00	14 748 711,40

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos instrumentos financeiros passivos entre correntes e não correntes.

2012	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	3 052 756,92	3 052 756,92
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	0,00	0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	3 052 756,92	3 052 756,92
Empréstimos obtidos	2 325 296,60	263 181,35	2 588 477,95
Outras contas a pagar	0,00	3 434 973,90	3 434 973,90
Total	2 325 296,60	6 750 912,17	9 076 208,77
2011	Não corrente	Corrente	Total
Passivos			
Fornecedores Gerais	0,00	2 910 364,58	2 910 364,58
Fornecedores-Empresas Subsidiárias	0,00	0,00	0,00
Fornecedores-Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00
Subtotal (fornecedores)	0,00	2 910 364,58	2 910 364,58
Empréstimos obtidos	2 592 871,52	262 439,50	2 855 311,02
Outras contas a pagar	0,00	3 909 973,07	3 909 973,07
Total	2 592 871,52	7 082 777,15	9 675 648,67

19.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor

Encontram-se mensurados ao justo valor as ações detidas do Millennium BCP, as quais se encontram cotadas em bolsa. Em 2012 o ACP participou no aumento de capital, sendo o ganho registado a diferença entre a cotação no final do exercício e o valor médio das ações adquiridas.

19.2 Passivos financeiros mensurados ao custo

O empréstimo contraído para efeitos de remodelação das instalações do Prior Velho, propriedade do ACP, no valor inicial de 3.000.000 Euros está atualmente registado por 2.480.769,21 euros (devido às amortizações de capital ocorridas). Os juros relativos a este empréstimo registados em 2012 foram de 43.268,10 euros.

O quadro seguinte resume o plano de amortizações contratado:

Amortizações de capital	Pagamentos Menor 1 Ano	Pagamentos Entre 1 e 5 Anos	Pagamentos Maior 5 Anos	Total
Empréstimo de médio e longo prazo	230 769,23	923 076,92	1 326 923,06	2 480 769,21
	230 769,23	923 076,92	1 326 923,06	2 480 769,21

A taxa de juro aplicável a este contrato corresponde ao indexante Euribor 3 meses acrescida de um *spread* de 0,75%.

Os restantes passivos financeiros estão mensurados ao custo.

19.3 Ativos dados como garantia de passivos

Encontra-se hipotecado o edifício situado no Prior Velho, com uma quantia escriturada bruta de 6.356.734,77 euros, como garantia do empréstimo efetuado para remodelação do mesmo edifício.

20 Benefícios dos empregados

20.1 Benefícios pós emprego

Como referido na Nota 3 m), o ACP assumiu a responsabilidade pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, a qual é determinada com base em estudos atuariais.

O método utilizado no estudo atuarial foi o "Projected Unit Credit" e os pressupostos atuariais utilizados por referência a 31 de Dezembro de 2012, resumiram-se como se segue:

- Tabela de Mortalidade: TV 88/90;
- Tabela de Invalidez: EKV 80;
- Taxa de Rendimento do Fundo: 5%;
- Taxa Técnica de Juro: 3%;
- Taxa de Crescimento Salarial: 2,5%;
- Taxa de Revalorização utilizada no cálculo da remuneração de referência da Segurança Social: 2%;
- Cálculo da Pensão da Segurança Social através do Decreto-Lei nº 35/2002.

O movimento na conta de Provisões foi o seguinte:

Saldo Inicial	977 550,48
Custo dos serviços correntes	5 399,77
Reforço de provisão	55 288,00
Anulação da provisão	-39 343,13
Utilização da provisão	-89 913,67
Saldo final	908 981,45

Em 31 de Dezembro de 2012 encontravam-se abrangidos por este plano 144 empregados no ativo.

O reforço da provisão deveu-se à alteração da taxa técnica de juro, numa perspetiva conservadora face à recente evolução dos mercados financeiros.

A provisão em 31 de Dezembro de 2012 no montante de 908.981,45 euros assegura a cobertura da totalidade das responsabilidades por serviços passados reportadas a essa data.

21 Capital Próprio

21.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Relacionados com o met. Eq. Patrimonial	2012	2011
Ajustamentos de transição	(27 607,23)	(27 607,23)
Lucros não atribuídos	1 796 823,74	1 775 960,52
Decorrentes outras variações cap. prop. part.	(508 379,89)	(508 379,89)
Total	1 260 836,62	1 239 973,40

Os ajustamentos em partes de capital em associadas foram descritos no quadro abaixo e decorrem da transferência de resultados por lucros não atribuídos.

	Transf. Resultados	Lucros distribuídos	Ajust. Cap. Próp.	Total
Villas Boas ACP	320 863,22	(300 000,00)		20 863,22
	320 863,22	(300 000,00)	0,00	20 863,22

22 Divulgações exigidas por diplomas legais (honorários ROC, CSC 508ºF)

Embora o ACP não se encontra constituído sob a forma de sociedade, nos termos do artigo 508ºF do Código das Sociedades Comerciais informa-se o seguinte:

- Não existem operações relevantes que não estejam incluídas no Balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de honorários faturados pelas diversas Sociedades de Revisores Oficiais de Contas do Grupo foi de 53 954 Euros, dos quais 33 784 Euros correspondem à Auditoria anual das contas e 19 900 Euros a serviços de consultoria fiscal.

23 Outras contas a receber/pagar e diferimentos

23.1 Outras contas a receber

	2012	2011
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Rendimentos associados a provas desportivas	368 630,00	0,00
- Proveitos financeiros	27 551,91	51 748,67
- Serviços de assistência prestados em 2012 (2011)	18 949,25	10 170,99
- Comissões 2012 (2011)	11 796,81	8 615,49
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	6 508,32	6 885,96
- Outros Rendimentos	37 608,16	26 541,91
	471 044,45	103 963,02
Outras contas a receber		
- Pessoal	36 553,74	47 249,76
- Outros	59 563,64	90 659,59
	96 117,38	137 909,35
Total	567 161,83	241 872,37

23.2 Outras contas a pagar

	2012	2011
Credores por acréscimos de gastos		
- Encargos com férias e subsídio de férias	1 713 083,28	1 787 492,28
- Outros acréscimos de gastos com pessoal	337 348,69	331 668,07
- Contratos de serviços de assistência	224 077,08	202 314,18
- Gastos associados a provas desportivas	178 390,48	43 722,51
- Subcontratos da Agência de Viagens	16 211,52	5 727,00
- Outros gastos	195 395,64	152 567,72
	2 664 506,69	2 523 491,76
Outras contas a pagar		
- Fornecedores de Investimentos	285 896,45	865 097,65
- Recebimentos por conta	63 538,96	39 215,21
- Processos Judiciais	43 760,49	43 760,49
- Entidades oficiais	29 730,48	34 830,81
- Outros	347 540,83	403 577,15
	770 467,21	1 386 481,31
Total	3 434 973,90	3 909 973,07

23.3 Diferimentos

	2012	2011
Diferimentos (Ativo)		
- Gastos de licenciamento	107 539,29	110 536,53
- Subcontratos da Agência de Viagens	59 149,80	101 527,63
- Gastos associados a provas desportivas	40 226,33	32 524,71
- Rendas	33 315,33	32 432,78
- Comissões ARC	17 563,51	22 128,48
- Gastos plurienais	4 801,70	20 095,70
- Comissões angariação sócios		36 072,71
- Outros gastos diferidos	93 345,81	144 941,14
	355 941,77	500 259,68
Diferimentos (Passivo)		
- Quotas de sócios ordinários referentes ao ano seguinte	2 610 001,42	2 862 103,90
- Contratos de serviços de assistência (marcas)	438 839,64	614 859,01
- Provisão para prémios não adquiridos	178 735,42	160 887,19
- Prestações de Serviços da Agência de Viagens	124 348,95	180 169,19
- Outros rendimentos	755,95	27 954,40
	3 352 681,38	3 845 973,69

24 Saldos com o estado e outros entes públicos

	2012		2011	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento	237 600,69	78 325,88	375 467,08	10 828,53
Retenções efectuados S/ IR	-	135 846,42	-	122 857,43
IVA	14 877,23	316 115,85	257 705,73	250 628,78
Contribuições para a Segurança Social	-	228 309,25	-	185 158,59
Outros impostos	120,00	5 900,00	2 646,26	4 629,07
Imparidades-PEC	(52 361,50)			
	200 236,42	764 497,40	635 819,07	574 102,40

Não existem dívidas em mora ao Estado, designadamente de quaisquer impostos ou de contribuições para a Segurança Social

25 Fornecimentos e Serviços Externos

	2012	2011
Fornecimentos e Serviços Externos		
- Subcontratos	3 691 743,83	4 319 001,99
- Trabalhos Especializados	2 871 198,99	3 586 208,67
- Publicidade e Propaganda	1 377 574,81	1 376 621,80
- Rendas e Alugueres	1 209 115,78	1 251 864,61
- Comunicação	1 062 865,58	1 418 660,40
- Vigilância e Segurança	896 352,48	654 523,09
- Conservação e Reparação	870 501,59	915 197,89
- Deslocações e Estadas	824 587,73	939 553,45
- Combustíveis	728 909,82	672 333,84
- Honorários	391 205,24	410 041,22
- Custos com Sinistros	234 702,49	107 734,64
- Seguros	179 136,56	226 833,25
- Outros	1 506 791,34	1 646 682,51
	15 844 686,24	17 525 257,36

As principais reduções verificaram-se na subcontratação de serviços de assistência em viagem, resultantes da diminuição de serviços prestados, provocada pelo decréscimo na circulação rodoviária, bem como nos trabalhos especializados, destacando-se a poupança ao nível da organização de provas desportivas.

26 Gastos com o Pessoal

	2012	2011
Gastos com o Pessoal		
Remunerações	9 983 651,41	10 423 789,60
Encargos	2 052 527,80	2 271 224,52
Benefícios pós-emprego	94 924,14	163 472,20
Indemnizações	74 948,08	220 416,72
Outros	280 568,28	158 626,88
	12 486 619,71	13 237 529,92

Durante o exercício de 2012 o Grupo ACP teve ao seu serviço, em média, 455 pessoas. Em 2011 tinha ao seu serviço 457 pessoas.

O Grupo ACP possui benefícios pós emprego atribuídos a colaboradores, os quais se encontram detalhados na nota 20.

27 Outros

27.1 Outros rendimentos e ganhos

	2012	2011
Outros rendimentos e Ganhos		
Correções de Exercícios Anteriores	211 953,61	180 195,96
Rendimentos suplementares	69 219,25	85 517,24
Anulação provisões - benef. empreg.	39 343,13	0,00
Rend. e ganhos em invest. não financ.	34 208,94	161 702,30
Rappel	14 145,46	0,00
Ganhos em inventários	7 353,21	56 098,23
Restituição de Impostos	0,00	384 208,78
Alienação viaturas sinistradas	0,00	41 500,00
Outros	58 688,40	12 914,56
	434 912,00	922 137,07

27.2 Outros gastos e perdas

	2012	2011
Outros gastos e perdas		
Gastos da área desportiva	318 254,22	295 976,33
Serviços bancários	295 628,52	289 335,00
Donativos	123 000,00	3 050,00
Correções Relativas a Exerc. Anteriores	95 651,60	93 699,42
Impostos	71 406,54	79 090,32
Quotizações	71 370,80	60 030,13
Perdas em inventários	63 609,98	43 409,94
Ganhos anulação resp. bem. pós empr.	55 288,00	0,00
Ofertas a amostras de inventários	49 443,93	88 931,13
Reparações viaturas terceiros	16 047,70	11 241,40
Multas e Penalidades	12 432,91	300,00
Gastos e perdas em invest. não financ.	10 053,74	0,00
Anulação pag. esp. conta - irrecuperável	8 320,26	4 324,88
Dívidas incobráveis	252,49	46 071,16
Outros	83 268,58	39 420,35
	1 274 029,27	1 054 880,06

28 Garantias Bancárias

Foram solicitadas garantias bancárias a favor de terceiros:

BES - processo judicial	3 823 328,70
Santander Totta - processo judicial	200 000,00
Millennium BCP - Crédito de reservas de transportes aéreos	198 350,00
BPI - aluguer de instalações	137 955,60
BPI - pensão de acidente de trabalho	15 727,08
Santander Totta - crédito de fiança e importações	4 239,78
	4 379 601,16

A garantia solicitada ao BES, no âmbito de um processo judicial, encontra-se já cancelada.

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Automóvel Club de Portugal, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 33.386.281 euros e um total de capital próprio de 16.865.427 euros, incluindo um resultado líquido de 451.994 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangiu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Automóvel Club de Portugal em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 20 de Março de 2013

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por

João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)

